

SEMANÁRIO
DE INFORMAÇÃO
GERAL
ANO XX Nº 1499
PREÇO-5.000 PG
DIRECTOR-INTERINO
JOÃO QUINTINO TEIXEIRA
☎ { 21 37 13
21 37 28

NÔ PINTCHA

QUINTA-FEIRA
24 DE AGOSTO DE 1995

50º ANIVERSÁRIO DA ONU

1945 - 1995



Página 5

NACIONAL

PORTUGAL
QUER CONSTRUIR
COMUNIDADE LUSÓFONA
COM AUDIOVISUAL
— DEFENDE MARQUES MENDES

Página 3

JAPÃO CONCEDE 4,5
MILHÕES DE DÓLARES
ÀS PESCAS

Página 16

DESPORTO

LIGA DECIDE REALIZAR
CAMPEONATO NACIONAL
EM SÉRIES

Página 16

INTERNACIONAL

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE
REPOSTA A LEGALIDADE

Página 16

NAS CERIMÓNIAS DO 50º ANIVERSÁRIO
DA EXPLOSÃO DA BOMBA DE HIROXIMA
FRANÇA NO BANCO
DOS RÉUS

Página 15

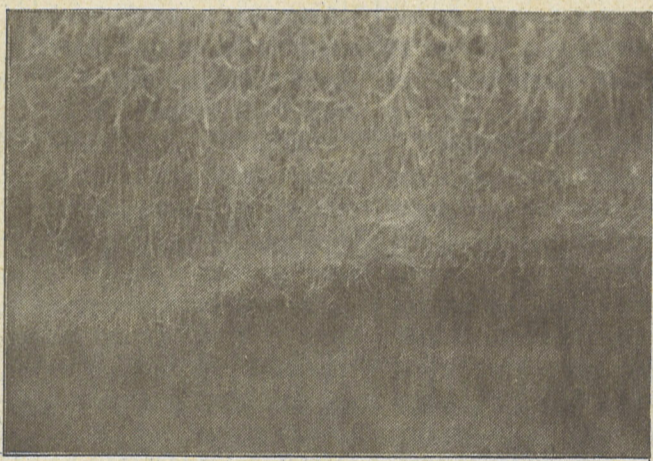
BISSAU DECLARA GUERRA AOS "VISITANTES INDESEJÁVEIS"

ABATIDOS TRÊS LADRÕES NUM MÊS



Bissau está transformada numa cidade de "cow boys", em que os ladrões aproveitam, no calar da noite, roubar, furtar e saquear, mas tudo à mão armada. A paciência dos cidadãos da capital ultrapassou o limite e como não há mal sem cura encontraram a fórmula: preparar-se para o que der e vier. Com esta revolta dos bissauenses, só em Agosto três ladrões foram abatidos a tiro. Enquanto os populares matam os gatuos, a PJ continua a recuperar materiais roubados, ou seja, uma guerra declarada em todas as frentes contra os larápios

Página 16



INPA TRANSFORMA CENTRO
DE PESQUISAS
DE CONTUBOEL NO CÉREBRO
DAS SUAS ATRIBUIÇÕES

Centrais

ESTRADAS COM BURACOS OU BURACOS COM ESTRADA ?



Página 16

Conclusão do número anterior

História de água

Outra possibilidade de valorização da água: a capacidade de certas plantas mergulharem as suas raízes até às reservas subterrâneas do solo. É impossível melhorar a profundidade do enraizamento em solos muito rochosos. Em contrapartida, é possível, através de uma lavoura profunda, impedir a formação das couraças que por vezes se formam nos solos argilosos, mesmo debaixo da camada lavrada, por efeito da compactação provocada pela lavoura mecânica.

A acidez do subsolo pode limitar a capacidade do sistema radicular recuperar as reservas de humidade. É o que se verifica com frequência nos oxissolos e nos ultissolos, onde a humidade existente na superfície bem estruturada diminui porque a humidade abundante no subsolo ácido permanece inexplorada. Existem diversas soluções para este problema: a lavoura em profundidade, a calagem, o recurso às culturas e cultivares tolerantes aos ácidos e de raízes aprofundadas. Em inúmeros casos, os agrónomos e os agricultores não têm consciência destes aspectos. Trata-se de um domínio onde se impõem investigações aprofundadas.

As reservas de água doce são subexploradas em numerosas regiões onde não chove o tempo suficiente para completar um ciclo de cultura. No entanto, a terra é suficientemente fértil para

Produtividade durável dos solos e intensificação agrícola: uma associação difícil

uma agricultura intensiva.

Um problema grave: a erosão dos solos

A erosão modifica as propriedades físicas dos solos, tais como o grau de infiltração, a estrutura e a formação de uma crosta superficial.

Reduz também a eficácia dos fertilizantes ao aumentar as perdas dos elementos nutritivos.

As principais causas da erosão são a desflorestação, o pastoreio excessivo, a diminuição das rotações e o cultivo de terras em declive sem nenhuma medida de protecção dos solos. A vegetação natural protege os solos da erosão: a folhagem reduz o efeito de *splash* das gotas da chuva, a cobertura com palha amortecida também o impacto das gotas de água e impede ainda o escoamento, e o enraizamento denso à superfície estabiliza o solo.

Também aqui, a matéria orgânica tem um papel importante: aquando da decomposição dos restos e das raízes, as matérias orgânicas participam na formação e na estabilização dos agregados do solo que resistem às forças erosivas. A estrutura do solo e a repartição dos macroporos são aprofundados por um enrai-



Os subprodutos do arroz constituem uma excelente matéria orgânica do solo

zamento de qualidade e pela actividade da macrofauna. A notável resistência dos ecossistemas naturais, contrariamente aos agroecossistemas mal geridos, mostra as vantagens de uma combinação de espécies vegetais de forma e de composição química diferentes.

A erosão hídrica poderá impedir a produtividade agrícola de progredir a um ritmo equivalente, e depois superior, ao do crescimento demográfico. As terras com declive forte, cultivadas sem terraços, são as mais expostas à erosão, mas, dada a frequência e a intensidade das precipitações nas zonas semiáridas e sub-húmidas, até mesmo as terras com declive relativamente pequenos estão em perigo. São muito raros, ainda, os sistemas de exploração que recorrem os terraços, às faixas cobertas de ervas, às sebes aos guarda-ventos, às coberturas com palha e às valas em curvas de nível.

É difícil fazer compreender aos agricultores a importância da conservação dos solos uma vez que os benefícios resultantes dos esforços e dos investimentos não são imediatamente perceptíveis, sendo-o só a longo dos solos atinge um nível dramático que os agricultores se aper-

cebem da sua negligência. Devem ser os próprios especialistas dos recursos e da planificação agrícolas a familiarizarem-se com o trabalho e os investimentos que requerem as diferentes práticas de conservação dos solos, e aperfeiçoar, em intenção dos agricultores, conjuntos de informação sobre as soluções socialmente aceitáveis e tecnicamente realizáveis.

A sensibilidade dos solos à degradação é uma característica importante que deve ser tomada em conta numa fase anterior à planificação do desenvolvimento. A erosão é risco mais sério ligado à agricultura e a outras utilizações das terras.

O estudo dos solos permite conhecer a sensibilidade dos tipos de solo de uma zona. Fornece igualmente informações sobre os riscos referentes a solos específicos, por exemplo, a presença de couraça que travam o desenvolvimento das raízes, a acumulação de sal e de sódio nos solos irrigados sem drenagem correcta, ou o empobrecimento dos solos orgânicos.

O estudo pedológico pode servir de base à escolha das práticas de cultivo adaptadas aos solos, por exemplo: a lavoura manual, por tracção animal ou mecânica. As

informações recolhidas devem necessariamente incluir o grau de desnível, a profundidade do solo, os afloramentos rochosos, a presença de pedras à superfície, as condições de drenagem e a consistência do solo.

Estudos dos solos e ordenamento territorial

O estudo dos solos é igualmente indispensável à elaboração de uma classificação das terras que podem ser irrigadas. O conhecimento das propriedades dos diferentes solos é essencial para uma planificação da utilização dos recursos hídricos. Permite avaliar os solos melhor adaptados e determinar o método de irrigação e a quantidade de água que assegurem um rendimento óptimo. É também importante que a irrigação seja planificada em função de dados relativos às características do subsolo, se se quiserem evitar os fenómenos de salinização e de saturação.

Este tipo de estudo fornece igualmente informações sobre os principais obstáculos à exploração das terras. Algumas destas restrições,

tais como a profundidade dos solos, a sua textura e a sua inclinação, são permanentes e não podem ser modificadas pela mera gestão agrícola. Já outras por exemplo a fertilidade dos solos são temporárias e podem ser corrigidas. Para facilitar o arquivo e a recuperação de informações pedológicas para fins de planificação e de gestão de recursos, o Kenya Soil Survey iniciou um sistema de informações geográficas (*Geographical Information System*), que serve para a informação de cartas pedológicas e à preparação de cartas de aptidão diversas para possíveis utilizações das terras.

A manutenção da produtividade das terras exige uma planificação atenta da gestão e dos recursos de água. Tal planificação necessita de estudos sobre os solos, o clima, a vegetação e todos os outros factores que afectam a utilização das terras. Estes estudos permitirão identificar as soluções mais apropriadas para a utilização das terras disponíveis de forma intensiva, matendo toda a sua fertilidade e produtividade.

Aumentar a produção reduzindo a erosão: o exemplo queniano

A erosão é uma das causas mais frequentes do declínio da fertilidade dos solos e da produtividade nos países ACP, mas os agricultores resistem com frequência à tomada de medidas de combate devido ao volume de trabalho exigido. Uma notável excepção é a dos agricultores do distrito de Machakos, no Quénia.

Desde 1948 que os agricultores desta zona adoptaram a cultura em terraços, quando antigos soldados do exército britânico decidiram certas técnicas aperfeiçoadas na Índia. Este processo exige grande trabalho por ser necessário elevar a terra dos desaterros, mas apresenta vantagens incontestáveis: os solos em terraços já não são levados pelas intempéries; dá um aumento de eficácia na fertilização e uma melhor retenção da água.

Os agricultores de Machakos observaram que a fertilização e a cultura em terraços são as duas melhores formas de manter e mesmos de melhorar a produtividade dos solos. Apesar da pluviosidade relativamente fraca, podem vender em Nairobi o produto das suas culturas alimentares e hortícolas.

A zona Machakos sofreu durante muito tempo de seca e de penúria. Nos anos 30, relatórios alarmantes indicavam o estado de erosão das pastagem e das terras aráveis. Entre 1942 e 1962, a região conheceu catorze anos de penúria. Uma primeira tentativa de combate à erosão e de conservação da humidade consistiu em tornar obrigatória a escavação de valas que seguissem as curvas de nível. Tratava-se de uma forma de cultura em terraços de base estreita na qual as terras se acumulavam no sopé das colinas. Mas esta iniciativa falhou: falta de motivação e mesmo por vezes resistência dos agricultores à cultura em curvas de nível. Vinte anos mais tarde, assim que os agricultores tomaram consciência das vantagens que podiam retirar da cultura em terraço, os esforços dispendidos transformaram literalmente a comunidade. Desde 1978, a maioria das terras aráveis das zonas já povoadas há muito tempo tinham sido convertidas em terraços. Entretanto, o crescimento populacional conduziu rapidamente os agricultores com falta de recursos a implantarem-se em novas zonas. A Agência sueca para o Desenvolvimento Internacional (SIDA: Swedish International Development Agency), suportado pela Comunidade Europeia, e a diocese católica ajudaram estes agricultores fornecendo-lhes utensílios e formação para os chefes de fila. Em 1990, a maioria das terras que o necessitavam estavam convertidas em terraços.



NÔ PINTCHA

Av. do Brasil Apartado 54 — 1011 Bissau — Codex

Director Adjunto: Aniceto Alves

Redacção: Abduramane Djaló, Adulai Djaló, Aruna Jamanca, Carlos Casimiro, Cláudio Maurício, Djuldé Djaló, Fernando Saldanha, Meta Camará, Porfírio Mendonça, Quintino Cá e Simão Abina. Composição / Maquetagem: Luís Ialá, Luís Sá, Mário Óscar e Paulo Sanca.

Paginação: Anselmo Mathe e Fernando Ferreira. Revisão: Bacar Mané. Fotografia: Agostinho Pereira, Manuel da Costa, Mário Gomes e Pedro Fernandes. Secretaria de Redacção: Ângela Reis, Ivete Monteiro e Judite Vieira. Administração: Amâncio Tepam-É, Edmundo Piedade e N'Gona Mané.

Marketing & Publicidade: Arlinda da Silva e Gitéria Gomes.

FICHA TÉCNICA



Portugal aposta em audio-visual para expandir a língua portuguesa e proteger a sua cultura. Só este ano o Governo de Cavaco Silva estabeleceu acordos de cooperação com os cinco Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, no domínio da Comunicação Social.

Os referidos acordos estão já na fase de execução, ou seja, as emissões da RTPi e RDPi já são uma realidade em Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe e agora também na Guiné-Bissau, cuja inauguração foi feita, na semana passada, na presença do adjunto do Primeiro-Ministro português, dr. Marques Mendes.

Em Setembro espera-se o mesmo com Moçambique e, provavelmente, o mais tardar até o final do ano as emissões chegarão também em Angola.

O adjunto do Primeiro-Ministro português, que terminou recentemente uma visita de dois dias ao país, disse que o balanço que fez deste curto "convívio" luso-guineense é positivo para não dizer uma total amabilidade e profundo reconhecimento que, a primeira vista, encontrou no Governo e no povo guineense, reflexo daquilo que sempre uniu os dois países - a História.

Marques Mendes, numa declaração à imprensa após a sua chegada ao país justificou também a aposta de Portugal em Audio-Visual como "veículo" da cultura e da língua lusa, dizendo que nos tempos modernos, ou seja, nesse final do século, a Rádio e a Televisão são meios tecnologicamente mais avançados e mais adequados para estender e promover a língua portuguesa.

Por isso - adianta que - as

Marques Mendes termina visita Com audio-visual Portugal quer construir Comunidade Lusófona

emissões internacionais da RTPi e RDPi são instrumentos importantes na relação de Portugal com a Guiné-Bissau e com demais países africanos que falam o português para "estreitarmos aquilo que parece ser um dos grandes desígnios que todos temos neste final do século que é assentar o primado da lusofonia". Aquele governante considera que a lusofonia tem pernas para andar, no sentido de ser a língua portuguesa uma das mais faladas, hoje em dia, no mundo inteiro. Por isso, no entender de Marques Mendes, ela é, de facto, o ideal para Portugal, os PALOP e o Brasil, pela qual vale pena lutar, fazendo com que este património que temos em comum possa ser mais projectado à nível mundial.

Marques Mendes mostra-se, em nome do seu Governo, ser



► O MINISTRO-ADJUNTO Marques Mendes foi recebido, em audiência, durante a sua visita ao país pelo Presidente João Bernardo Vieira

cuja execução já é uma realidade em Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe e agora também na Guiné-Bissau e no próximo mês é com Moçambique e até o final do ano espera-se o mesmo com Angola.

técnica.

"Julgo que compete a nós que falamos o Português, os falantes da língua portuguesa fazer que essas emissões desempenhassem o seu papel - disse Marques Mendes - acrescentando que há três ou quatro anos seria, por ventura, impossível o que estamos a fazer".

Entretanto, com a implementação dos acordos no domínio da Rádio e da Televisão já pode-se começar a falar verdadeiramente numa Comunidade dos Países da língua Portuguesa, coisa que, segundo o ministro adjunto, no plano político e diplomático não foi possível.

Para o Governo Português, nós que falamos a língua portuguesa já recuperamos, nesses últimos anos, muito tempo perdido. A RTPi é uma realidade. Apenas com três anos de vida é ouvida em quase todo o mundo e hoje uma das dez televisões do mundo de cobertura universal.

Isso significa que os PLAP, estamos associados a Portugal através desses acordos de cooperação que neste momento estão a ser cumpridos, vão pas-

sar também com as suas mensagens e as culturas no mundo inteiro.

Portugal continua firme na defesa dos direitos do povo de Timor Leste

Instando a representar uma questão posta pelos jornalistas sobre qual foi a posição de Portugal relativa ao protesto apresentado pela Resistência Timorense contra a legenda de um livro do Ministério da Defesa portuguesa que trate de "Terrorismo Separatista" à causa do Timor, Marques Mendes disse que o ministro da tutela já fez, no dia 14 do corrente, uma declaração sobre esta matéria, razão pela qual não vai acrescentar mais nada a não ser duas coisas:

- A primeira é que uma ou outra falha involuntária que possa suceder ontem, hoje e no futuro, em nada ponha em causa, de maneira nenhuma, a política que o Portugal tem definida que é uma política nacional relativamente a Timor Leste.

- A segunda é que Portugal continua ser firme e intransigente na defesa dos direitos do povo de Timor Leste, continua ainda determinado a lutar na cena Internacional, sob auspícios das Nações Unidas para que seja encontrada uma solução digna e concensualmente aceite naquele território.

Como não há segundo sem terceiro, Marques Mendes acrescenta ainda que Portugal continua, no campo político e diplomático, exigente na defesa dos Direitos Humanos no território da Xanana que, no ponto da vista do Governo Português, continua a ser colocado em caos e quantas vezes de uma forma inaceitável.

A demonstração de isso é a

decisão que Marques Mendes disse ter tomado há dois meses, em nome do Governo de Cavaco Silva, para que as emissões internacionais da RTP cheguem a Timor Leste, em final de Outubro ou princípio de Novembro.

Nô Pintcha beneficia de novos equipamentos informáticos

Em companhia do ministro da Comunicação Social e de Assuntos Parlamentares, Marques Mendes visitou as instalações do Jornal Nô Pintcha e INACEP, o que culminou com a entrega de alguns equipamentos informáticos, tudo no quadro do acordo Adicional ao acordo Geral de Cooperação no domínio da Comunicação Social assinado entre os dois governos.

Marques Mendes considerava este pequeno gesto de Portugal como forma de contribuir para que as condições de trabalho e financiamento desta Empresa possam melhorar.

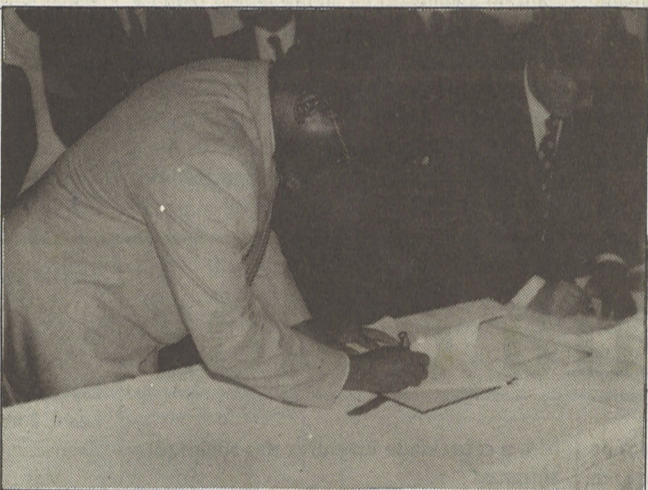
O ministro guineense da Comunicação Social aproveitou a ocasião para agradecer, com muita sinceridade, ao Marques Mendes e o Governo Português pela forma como souberam responder com pragmatismo as anseidades de um país que vive de ajudas.

Hélder Proença, visivelmente emocionado, disse que este gesto simbólico é prova de que a Guiné-Bissau e o Portugal estão condenados a viver juntos e emprender um desafios que o fim deste século nos coloca.

Este desafio, no entender do porta-voz do Governo, é tentar sementar a cultura da solidariedade activa, como base de desenvolvimento das nossas relações de solidariedade e de cooperação com Portugal.

A concluir, Hélder Proença disse estar convencido que este sub-gesto solidário irá permitir, não só no plano das nossas relações bilaterais, reforçar a nossa cooperação, mas servirá também de reforço da nossa capacidade em consolidarmos o pluralismo na Informação e a nossa jovem democracia no interesse do cidadão guineense.

Adulai Djaló



► CERMONIA de assinatura do protocolo de cooperação entre a RTGB e a RTPi

homem pragmático. A prova de isso é que no espaço menos de um ano assinou acordos de cooperação com cinco países africanos da expressão portuguesa no domínio de Comunicação Social

Isso significa que esses acordos já estão a ser concretizados, aliás, como frisou Marques Mendes, a vontade política já ficou manifestada, agora são apenas questões da natureza

Comemorada semana nacional de Terapia de rehidratação oral Salvem as crianças da diarreia!

As diarreias agudas diziam muitas crianças com idades menores de cinco anos na Guiné-Bissau. É por isso que o Governo através do Ministério da Saúde Pública, UNICEF e Gabinete da Comunicação Social têm estado a informar e a fornecer a opinião pública nacional sobre a prevenção e combate desse mal. A ideia, no fundo, é procurar salvar as crianças, informar os pais dos métodos mais eficazes de tratamento das doenças diarreicas e a necessidade do reforço do saneamento básico.

Anualmente na Guiné-Bissau se comemora a semana de Terapia de Reidratação Oral, entre os dias 31 de Julho a 4 de Agosto e este ano não foi excepção. Assim

um vasto programa cuidadosamente elaborado pelo programa de controlo das doenças diarreicas conjuntamente, GNCS e com o patrocínio do UNICEF foi executado nessa semana.

A semana anual de Terapia de Reidratação Oral que vai de 31 de Julho a 4 de Agosto foi comemorado no país com actividades de sensibilização e creativas para alertar a opinião pública sobre o tema.

Orzanizada conjuntamente pelo Ministério da Saúde Pública, UNICEF e o Gabinete Nacional

da Comunicação Social muitas actividades foram levadas a cabo para alertar as populações sobre as doenças diarreicas agudas que representam a segunda causa de doença e de morte nas crianças menores de cinco anos na Guiné-Bissau.

De acordo com o documento neste momento muitas crianças estão com problemas de diarreia e vômito, causando muitas preocupações aos familiares.

Terapia de Reidratação Oral implica a ingestão de diferentes líquidos em quantidades superiores ao consumo normal, para

repôr as perdas, e continuação de amamentação se a criança é amamentada e alimentação, se já come e alimenta. Ou seja assim que a diarreia começa, seja ou mais líquidos que se seguem, devem ser dados à criança após cada evacuação líquida e sempre em quantidade superiores ao volume de fezes e quanto ela desejar. Alguns exemplos sugestivos!

- Água de arroz (por nós conhecido por memberet) com um pouco de sal e algumas gotas de limão. O memberet pode ser feito com qualquer arroz e não

obrigatoriamente só com de pilão.

- Sumo de limão ou qualquer outro sumo natural com ouco açucar (não dar o sumo de lata ou outro de produção industrial que contém muita açúcar).

- Chá fraco, qualquer que seja, também de pouco açúcar, porque se for demasiado pode porar a diarreia.

- Leite amarentado para as crianças que são amamentadas.

- Água natural.

- Sopas

- Sais de reidratação Oral (SRO) que também chamado soro oral. O documento elaborado pelo

programa de controle das doenças diarreicas do Ministério da Saúde Pública, alerta por outro lado, de que o conteúdo do pacote de SRO (UNICEF/OMS) deve ser misturado com um litro de água limpa para beber. Se os pais usarem pouca água a mistura pode ser provocosa. Se por ventura, a água for demasiada o tratamento não será tão eficaz. Por isso tem que se misturar todo o conteúdo do pacote com um litro de água.

Teatro radiofónico e programas alusivos ao evento tiveram lugar naquela semana cujo principal motivo se resumiu em alertar aos pais sobre as doenças diarreicas, causas, e as formas de tratamento mais simples e natural em cada lar na Guiné-Bissau.

Faculdade de Medicina de Bissau

Um "beco sem saída"?!

● David da Silva Té

Criada por acordo assinado entre as Suas Exc^{as} Presidente da República da Guiné-Bissau, e de Cuba, General João Bernardo Vieira e Comandante Fidel Castro respectivamente, começou a funcionar desde Novembro 1986. Tendo formado já cerca de 64 médicos contando com a última promoção; dos quais 49 já trabalham nos diferentes hospitais e Centros de Saúde do país, e os 15 recém-formados, desde Janeiro do ano em curso, ainda aguardam a colocação para começar o serviço, assim como a recepção dos Diplomas que até o momento não lhes foram concedidos.

DESDE a sua criação, a faculdade de medicina de Bissau "General Raul Diaz Arguelles", funcionava plenamente bem com a boa vontade do Governo Cubano que enviava: livros, o menino de materiais necessários para laboratórios de Anatomia, Histologia, Fisiologia, Bioquímica e Embriologia, outros materiais clínicos para os estudantes assim como os professores de diferentes faculdades de medicina daquele país amigo e irmão, para leccionarem no nosso país.

Naquela época tudo lhes era fácil, pois eram apoiados pela ex-URSS e outros países no então Bloco de Leste, e mantinham as tropas em Angola, o que facilitava o transporte dos professores pelo avião Cubano que ia à Angola regularmente fazendo escala no nosso país.

Como era de esperar, apesar de boa vontade da parte do Governo Cubano em continuar a apoiar o nosso país na formação dos quadros, adicionado aos melhores que já formaram até agora (ois muitos formados que o país possui de momento saíram de Cuba, da ex-URSS, e outros países do leste, sendo pouco os que formaram no ocidente), a conjuntura económica mundial, o bloco de que eles sofrem (cubanos) e a falta de apoio da ex-URSS em especial, fizeram com que este

país amigo e irmão, não pudesse manter seu apoio da forma como o desejava fazer.

Daí, fazia falta receber uma "mãozinha" (apoio) do nosso Governo ou de outros parceiros, logicamente contactados pelo nosso Governo, para poderem continuar com ajuda que nos dão no domínio da formação dos quadros. Apartir de tal Situação, que foi levado ao conhecimento das nossas autoridades, começou a verificar os problemas de atraso na vinda dos docentes cubanos para a faculdade.

Assim, graças ao apoio da cooperação Holandesa, o ano académico 92/93, que devia iniciar-se na 2ª semana de Setembro de 92, só teve o seu início em 29 de Março de 93 e o ano seguinte (93/94) veio a começar-se apenas em 4 de Abril de 94, tendo o seu término ocorrido aos 9 dias de Janeiro último (data do último exame dos recém-Graduados já mencionados anteriormente). O ano académico 94/95, que forçosamente seria só 95 ou 95/96 devia ter o seu início da 1ª semana de Março deste ano, facto que não aconteceu até a data presente, como é do conhecimento de todos, senão de uma maioria da nossa população. Até aqui fala-se da vinda dos Docentes nos meados ou finais de Agosto próximo, para iniciar as aulas em Setembro.

Considerando tudo que expomos até o momento, fazemos algumas perguntas a quem do direito para as responder e deixamos igualmente algumas exclamações a conceder, como nosso tentativa de contribuição enquanto cidadão nacional e estudante desta faculdade de medicina:

§ Porventura já têm alguma garantia para a vinda deles nos próximos anos para a continuidade da faculdade?

§ Se não houver, quem os substituirá?

§ Se não tiverem substitutos de imediato,

oq ue será dos estudantes que estão esperando pela formação neste faculdade?

Na nossa opinião, os Governantes assim como Parlamentares deviam não só conhecer os ditados que andam a proferir por aí fora, mas aplicá-los na prática; pois acho que é bem conhecido um deles, e o mesmo foi várias vezes usado por eles (Governantes e Parlamentares) que reza: "mais vale prevenir do que remediar".

Portanto é a hora de começar a debater-se seriamente na solução dessas interrogações que deixamos para nossa reflexão conjunta.

Uma das possíveis soluções seria começar logo a formação dos médicos nacionais para substituir os cubanos na docência, pois a Cooperação Holandesa não continuará a financiar a vinda dos cubanos eternamente.

Para demonstrar quão seriamente está comprometido a continuidade desta faculdade apresentamos o seguinte:

Anteriormente existia um tal chamada Comissão Inter-Ministerial do Relançamento da faculdade composta pelos elementos do Ministério da Educação Nacional (MEN), Ministério da Saúde Pública (MINSAP) e do Ministério do Plano e Cooperação Internacional, mas se ela chegou a reunir ou implementar alguma coisa desde a sua criação até hoje, não temos conhecimento como estudante da faculdade que somos desde 1990.

E como se fosse pouco, ela (a tal Comissão) caiu no anonimato de algum tempo para cá, pelo que, nunca mais se ouviu falar do Relançamento da faculdade de medicina, facto que facilitaria a angariação de financiamentos para a sua continuidade.

§ Ainda pergunto, será o MINSAP ou MEN que deve responsabilizar pela formação dos nossos quadros?

Ao fundo, não nos importa que seja um ou outro, o que nos interessa é que haja respeito pelos nossos jovens que obtaram pela área da saúde, para darem contribuição no desenvolvimento do nosso povo, decidindo sacrificar tudo, mesmo suas famílias (porque muitos são casados) para se prepararem nesta faculdade, onde o Subsídio é apenas Oitenta mil Pesos (80.000,00), sendo uma ajuda da O.M.S. Como se não bastasse ainda todo o empenho e sacrifícios que fazemos para estudar nesta nossa Guiné de imensas dificuldades, nos adicionam anos de espera e expectativas adiadas, sem aulas e sem satisfações convicentes.

Esperamos que este Governo, como tem pautado pela prioridade para as áreas sociais (saúde e educação), saiba começar desde já e continuamente a reflectir e agir no sentido de encontrar uma solução certa a este respeito. Senão, a faculdade cairá num "beco sem saída", facto que nunca desejamos ver acontecendo.

§ Vamos continuar com a faculdade ou não?!

§ O que vamos fazer dos estudantes que temos na nossa espera?

§ Deixar-lhe-emos ao mercê dos ventos da desocupação e delinquência juvenil, enquanto pensamos acabar com os males que assolam o nosso país?!

§ Que futuro deremos para eles?

Ao terminar não podia deixar de frisar aqui, que a faculdade de Direito de Bissau já teve a mesma experiência, com anos de paralização. Será que isso não foi suficiente para que nossos Governantes aprendessem a procurar soluções antecipadamente antes que aconteça o pior, neste caso, a paralização das aulas durante um ano lectivo?

Certamente cada cidadão desta terra merece o respeito das nossas autoridades, assim como deve o mesmo por elas. Nesta base esperamos a resposta de quem do direito.

Mui respeitosa

Estudante do 4º ano de Medicina, Secretário do Conselho Directivo da Associação dos Estudantes da mesma e Presidente da Comissão de Contactos com os Orgãos de Comunicação Social. Telef. 213414 Igreja Adventista

Um laboratório para todos

● Júlio Mendonça

É, portanto, grande a curto prazo, o risco que se reabre o abismo recém-fechado entre as oligarquias autoritárias e os povos africanos, o abismo entre uma classe dirigente empenhada na modernização tecnocrática e as massas populares que se sentem, mais uma vez, roubadas a sua revolução.

OUTRO grande obstáculo reside na estrutura territorial dos países africanos, delineada a um século, ou então há poucas décadas, ao saber dos caprichos e das fantasias dos Diplomatas ocidentais e dos interesses das grandes potências. A questão "étnica" e "regional" está na ordem do dia para não irmos longe, podemos referir situações alarmantes que passa dia a dia em África nomeadamente na Somália, Libéria, Ruanda, entre outros. O tempo não concedido a eficácia e as urgências económicas, políticas, étnicas e tribais foram dedicadas a uma profunda sondagem, sem precedente entre a comunidade internacional em África, da história dos países. Nos anos 60, os dramas de Katanga e Kasai, no Zaire, e o trauma de Biafra, na Nigéria - todos eles marcados por intervenção Estrangeira - levaram as elites intelectuais e políticos africanos a condenarem unanimemente o "regionalismo" e o "tribalismo". Agora tudo é bem diferente.

A centralização forçada, em nome das Nações-Estados, foi um dos alicerces das ditaduras actualmente em crise. Já a dicidência "étnica" e "regionalista" (em especial na Etiópia, em Angola, no Congo, no Zaire entre outros) foi a alavanca da reivindicação Democrática. Os Partidos étnicos representam um

grande risco; não maior, porém, que o risco de jacobismo que representaria, na África e em outras regiões, o trínfo de burocracia tecnocrata sobre a democracia participativa que, para existir supõe a atribuição de um mínimo de poderes e responsabilidades aos cidadãos, onde quer que vivam.

As Lutas, as conquistas, as dificuldades, e os questionamentos aqui expostos mostram que a África de hoje, bem mais que um confuso campo de batalha, é um Laboratório. Quem sabe um Laboratório sem paralelo, voltado para si próprio e para suas especialidades irredutíveis, que os demais Povos apenas observam e, na melhor das hipóteses, estimulam. Ou que sabe no terreno no qual surgem, no calor de acção, questões inexistentes em qualquer outro lugar, porém de alcance universal questões capazes de levar a exigência e formulações democráticas que interessam a todos os cidadãos do mundo.

Muita gente, em África e fora da África, parece considerar este continente como um caso único. Até que certo ponto esse argumento convence?

É como se, depois de os regimes nascidos da independência terem esgotado, para infelicidade das populações africanas, os recursos emprestados à outros continentes, houvesse um desejo de introversão, de nova busca das reservas próprias das culturas políticas africanas, detestar a inventividade e a criatividade das elites e dos povos da África.

Portanto, a diversidade de expressões e métodos, inventados ou importados expõem não apenas a magnitude da rejeição, mas tam-

bém a capacidade inventiva das sociedades africanas.

Expõem igualmente o conteúdo explícito ou implícito das reivindicações democráticas que marcaram essa fase histórica que hoje ressurtem com frequência. Rejeição do racismo, quer declarado, quer disfarçado, negação de qualquer discriminação baseada em critérios étnicos e religiosos, e no pretexto respeito a identidade culturais específicas (que não passa dum forma subtil e vergonhosa de racismo); reivindicações da soberania no plano jurídico; desejo de substituir as altivas burocracias, situadas em metrópoles distantes, pela participação efectiva na administração das questões públicas; desejo de desfrutar de um mínimo das riquezas de que hoje se dispõe, no plano material, e do que há de mais fecundo na criação e no saber modernos, no plano cultural.

Assim como Patrice Lumumba e bem mais tarde Amílcar Cabral, os dirigentes mais sinceros e lúcidos dos movimentos independentistas expressaram todas essas aspirações. Mais frequentemente, porém, os políticos que lideram esses movimentos - quer por terem chegado a tal liderança, quer por nela terem sido colocadas - contentaram em exaltar a dimensão jurídica e política da luta. Kwame Nkrumah, um dos militantes mais rigorosos e devotado da causa nacionalista, dizia aos seus seguidores: "Tomemos o reino da política, e o resto nos será dado por acréscimo".

Contudo, além de "o resto não ter sido dado por acréscimo" aos cidadãos, até o reino da política escapou-lhes.

Ao longo dos anos 80, os movimentos em

prol da democracia aceleraram-se muito.

Ainda não se analisou por completo a causa, ou melhor as causas dessa aceleração.

No entender de muitos, tiveram impacto especial os ventos ou o "furacão" vindo do Leste, como o "efeito Gorbachev" e o "efeito Ceausescu".

Mas consideremos primeiro o que ocorreu na própria África. Pelo ângulo positivo, temos o "efeito Senghor" (prova de que um regime unipartidário é capaz de evoluir no sentido de uma democracia, multipartidarismo e também o "efeito Mandela". E pelo ângulo negativo temos o "efeito Bokassa" (prova de que um Governo activamente apoiado por uma grande potência pode ser derrubado por movimentos a princípio apenas estudantis); e temos o "efeito Idi Amin Dada" (modelo de ditadura sanguinária derrubada por uma longa guerra civil).

As oligarquias autocráticas, abolidas estão na defensiva, mas ainda não chagaram ao fim, da mesma forma, podem-se dar duas interpretações para mesma diversidade das actuais formas de luta: A que resalta a criatividade dos partidários da democracia ou a que salienta a resistência e a capacidade de adaptação dos regimes vigentes na sub-região.

As guerras civis frequentes, assim como frequência das situações de guerra civil, mostra que muitos governantes vêem na situação actual uma repetição de turbulências anteriores. Ou então na pior das hipóteses, vêem-na como um período de transição que os grupos governantes poderam superar sem grandes danos mediante uma criteriosa mistura de intransigência e promessas vagas.

Estudante da Escola Normal Superior "Tchico Té" Especialidade História/Geografia último ano



O relatório do desenvolvimento humano de 1995 mede as desigualdades sexuais a nível global

Um terceiro Índice é, ainda, introduzido para medir o aumento de poder feminino em termos económicos e políticos - a história mais triste de todas.

Seguem-se algumas conclusões chave:

Onze bilhões de dólares não são registados no total da economia mundial, porque grande parte do trabalho feminino não é remunerado ou é subremunerado.

A falta de oportunidades para as mulheres na tomada de decisões políticas e económicas é um problema universal, comum a países ricos e pobres.

Qualquer nação, independentemente do seu rendimento, pode promover a igualdade entre os sexos, como pode ser testemunhado pelos progressos alcançados em muitos países de baixos rendimentos.

No relatório recomendam-se medidas para corrigir os desequilíbrios entre homens e mulheres, soluções que nem todos os leitores acharão credíveis. Sugere-se, por exemplo, que todos os países estabeleçam como objectivos mínimo uma representação feminina de 30% nos parlamentos e legislaturas nacionais e que os seus sistemas legais garantam às mulheres iguais direitos em questões de propriedade, a herança e o divórcio. No entanto, independentemente da sua aceitação, as conclusões e soluções propostas no Relatório do Desenvolvimento Humano de 1995 serão lidas avidamente na Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres em Pequim, em Setembro e, depois desta conferência, à medida que se for debatendo a condição das mulheres. Quando se aperceber da situação em que vive mais de metade da população mundial, de certo considerará este livro uma fonte de informação e uma referência valiosa. Assim, convidamo-lo a ler e discutir este relatório.

A saúde e a educação das mulheres melhoram, mas o seu acesso a oportunidades económicas e políticas ficou muito para trás

A vida das mulheres rege-se por um padrão frustrante que demonstra que embora se verifiquem grandes progressos a nível da saúde e da educação, o mesmo não acontece a nível da sua condição económica e política em relação aos homens.

Assim, e segundo o Relatório do Desenvolvimento Humano de 1995, enquanto nos países em desenvolvimento as desigualdades na educação foram reduzidas para menos de metade, entre 1970 e 1990, hoje as mulheres continuam a representar 70% do total dos 1,3 mil milhões de pessoas vivendo em situação de pobreza absoluta. Em todo o mundo, as mulheres ocupam em média apenas 10% dos lugares em parlamento e 6% das posições nos ministérios dos governos nacionais.

"Ao longo dos últimos 20 anos, abriram-se a portas das oportunidades na educação e na saúde, mas as portas do poder económico e político estão apenas entreabertas," referem os autores do relatório, uma equipa de académicos independentes e reconhecidos internacionalmente, sob a orientação de Mahbub ul Haq, antigo ministro das Finanças e do Plano do Paquistão e actual Conselheiro Especial do Administrador do PNUD. O relatório, comissionado pelo PNUD, foi lançado dia 17, tendo sido publicado nos EUA pela Oxford University Press.

O Relatório do Desenvolvimento Humano de 1995, tal como nos relatórios anteriores, observa o desenvolvimento humano, país a país, através de um conjunto de indicadores económicos e sociais. O relatório deste ano debruça-se especialmente sobre a condição feminina e utiliza duas novas medidas de desenvolvimento humano; o "Índice de Desenvolvimento Ajustado ao Sexo" - que reflecte desequilíbrios entre os sexos nos cuidados básicos de saúde, na educação e no rendimento - e a "Medida de Participação Ajustado ao Sexo" - que avalia o progresso das nações no que respeita ao avanço das mulheres a nível político e económico.

Segundo refere James Gustave Speth, Administrador do PNUD, no prefácio do Relatório, as conclusões traçadas apontam, para "a enorme discriminação de que as mulheres continuam a ser vítimas na maioria das sociedades," pelo que investir nas capacidades das mulheres e dar-lhes poder para exercerem as suas próprias escolhas, além de válido, é a maneira mais segura de contribuir para o crescimento económico e para o desenvolvimento em global," afirma.

Este ano, o relatório apresenta uma característica especial, que consiste num novo estudo sobre o trabalho feminino e masculino remunerado. Segun-

do este, se o trabalho feminino não remunerado for avaliado como deve ser, é bem possível que, na maior parte das sociedades, as mulheres surjam como as principais responsáveis pelo sustento da família - ou pelo menos igualmente importantes - uma vez que dispõem mais horas de trabalho do que os homens. Aliás, conclui o relatório, grande parte do trabalho das mulheres continua a não ser remunerado, na ordem dos 11 bilhões de dólares por ano.

"As nações que se acomodam e ignoram as disparidades sociais existentes entre homens e mulheres estão por sua conta e risco", refere Mahbub ul Haq, o editor chefe. "Ao negarmos às mulheres a plena participação no desenvolvimento económico e social, estamos a roubar às gerações futuras a oportunidade de atingir o seu pleno potencial."

O Relatório, editado este ano em dez línguas encontra-se no seu sexto ano de publicação e representa uma das principais fontes do novo pensamento sobre o desenvolvimento e da defesa da mudança. Tal como nos anos anteriores, o seu centro é o "Índice de Desenvolvimento Humano" (IDH), que classifica 174 países com base numa medida que combina esperança de vida, nível educacional e poder de compra básico.

Este ano, são o Canadá, os Estados Unidos e o Japão que lideraram a classificação em termos de desenvolvimento humano mundial, enquanto nos países em desenvolvimento os primeiros lugares são ocupados por Chipre, Hong-Kong e Barbados. (Guiné-Bissau ocupa 163 posição)

O novo "Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado ao Sexo" (IDS) revela que, entre os 130 para os quais existem dados comparáveis sobre a alfabetização, a esperança de vida e economia, os quatro primeiros situam-se na Região Nórdica e são, por ordem de classificação, a Suécia, a Finlândia, a Noruega e a Dinamarca. Facto que, segundo os autores do Relatório, "não é de estranhar" pois "estes países adoptaram como política nacional consciente a igualdade sexual e o aumento do poder das mulheres"

No que respeita aos países em desenvolvimento, os melhores classificados em termos de IDS são: Barbados (11º lugar), Hong-Kong (17º), Bahamas (26º), Singapura (28º), Uruguai (32º) e Tailândia (33º). (G.Bis-

sau - 120º)

A "Medida de Participação Ajustada ao Sexo" (MPS) classifica 116 países a partir da representação feminina nos parlamentos, da percentagem de mulheres em posições classificadas como de gestão ou profissionais, da sua participação na força de trabalho activa e ainda, da sua parte no rendimento nacional.

Os Países Nórdicos, como a Suécia e a Noruega, estão, uma vez mais, em primeiro lugar. Tal como o Relatório salienta, estes países ultrapassaram a barreira inicial dos 30% de participação feminina nas decisões políticas e económicas. Desde Maio de 1994, quando os dados sobre a MPS foram compilados, a Suécia saltou uma barreira milenar por ser o primeiro país da história em que as mulheres obtiveram uma representação de 50% nos gabinetes ministeriais. Em França, a mesma representação passou de 6,9% no ano passado para 27,9% em Maio de 1995.

O Relatório documenta ainda o considerável progresso que os países em desenvolvimento atingiram na formação das mulheres, assim como na eliminação da desigualdade sexual a nível da educação e da saúde. Assim, entre 1970 e 1990, a desigualdade sexual na alfabetização de adultos e na taxa de escolaridade dos ensinos primários e secundário reduziu-se para menos de metade. São os Estados Árabes que lideram este progresso, pois as suas taxas de alfabetização feminina aumentaram para mais do dobro. (G.Bisau 72º)

Nas duas últimas décadas e na área da saúde, verificou-se que: a esperança de vida das mulheres aumentou 20% mais rapidamente do que a dos homens; as elevadas taxas de fertilidade, que restringiam seriamente a liberdade de escolha da mulher, diminuíram um terço; e as taxas de mortalidade materna caíram quase para metade.

No entanto, e apesar destas melhorias, as oportunidades económicas e políticas das mulheres são ainda muito limitadas. Nos países em desenvolvimento - assim como em França, no Japão, no Luxemburgo e em Espanha - as mulheres representam menos de um sétimo dos administradores e gestores de topo; a taxa de salário feminino é, em média, três quartos da taxa de salário dos homens - mesmo nos EUA; e, em 55 países, existem menos de 5% ou existe menos representa-

ção feminina nos parlamentos.

OUTRAS CONCLUSÕES:

Nenhum país oferece às mesmas oportunidades que aos homens.

Embora a Suécia esteja próxima de atingir a igualdade, o seu valor de IDS é de 0,92 (sendo 1,00 o valor máximo). Em 45 países, o valor deste índice desce abaixo de 0,5, demonstrando desigualdades sexuais significativas e níveis de realização muito baixos no que respeita à saúde, à educação e ao rendimento.

Eliminar a desigualdade entre os sexos tem pouco a ver o rendimento nacional. A China, que se encontra dez lugares acima da Arábia Saudita nas classificações do IDS, tem um rendimento real per capita equivalente a um quinto do desta última. Da mesma forma, a Tailândia suplanta a Espanha no IDS, embora o seu rendimento real per capita seja inferior a metade do espanhol.

A percentagem do crédito que as instituições bancárias formais atribuem às mulheres é muito desproporcionada. Em muitos países africanos, por exemplo, as mulheres representam mais 60% da força de trabalho agrícola e contribuem para mais de 80% da produção alimentar total - no entanto, recebem menos de 10% do crédito formal atribuído aos pequenos agricultores e 1% do crédito total para a agricultura. Em 1990, dos 5,8 bilhões dólares para o crédito rural aos países em desenvolvimento que os bancos multilaterais afectam, apenas 5% chegaram às mulheres rurais.

A violência continua a assombrar a vida das mulheres. Em Barbados, no Canadá, nos Países Baixos, na Nova Zelândia na Noruega e nos Estados Unidos, um terço das mulheres declara ter sofrido abusos sexuais durante a infância e a adolescência.

Estima-se que, por ano, um milhão de crianças, a maior parte das quais raparigas asiáticas, são forçadas a prostituir-se, enquanto cerca de 100 milhões de raparigas são vítimas de mutilações genitais. Estima-se ainda que, anualmente, na Alemanha, mais de quatro milhões de mulheres são vítimas de violência doméstica e os estudos levados a cabo no Canadá, na Nova Zelândia, no Reino Unido e nos Estados Unidos, indicam que uma em cada seis mulheres é violada.

O estatuto menor que a sociedade atribui à mulher reflete-se, de forma evidente, na discriminação que ela sofre na lei. Em muitos países, as mulheres continuam a não ser consideradas iguais aos homens - no direito à propriedade, à herança, nas leis respeitantes ao casamento e divórcio, no direito a adquirir nacionalidade, propriedade e na procura de emprego. Além disso, em muitas partes do mundo em desenvolvimento, a mulher não tem controle legal sobre a terra que cultiva.

(Continua no próximo número)

Presidente da República condena golpe de Estado em São Tomé

As relações de fraterna amizade que ligam a República da Guiné-Bissau e à República de São Tomé e Príncipe fazem com que as autoridades do nosso país e, em particular Sua Excelência o Presidente da República acompanhem com crescente ansiedade os acontecimentos ocorridos na madrugada do dia 15 do corrente mês nesse país irmão.

O levantamento militar que conduziu ao derrube do Governo eleito democraticamente, constitui um acto de extrema gravidade, que põe seriamente em causa os esforços de democratização que se vêm registando em São Tomé e Príncipe, não deixando de reflectir-se negativamente no seu processo de desenvolvimento económico e social.

Perante esta situação, Sua Excelência o Senhor Presidente da República, reitera a sua firme convicção de que, no novo quadro democrático que os povos africanos procuram construir, à via do diálogo e o respeito pelas instituições democráticas apresentam-se como o único caminho para a solução dos problemas económicos e sociais que afectam a grande maioria dos nossos países.

Por essas razões, o golpe de Estado militar registado em São Tomé e Príncipe, não pode receber, por parte do Presidente da República senão a sua mais firme e veemente condenação.

Apoiando-se nos laços de amizade que ligam os nossos dois países e povos, o Presidente da República lança aos responsáveis do golpe militar um vibrante apelo para que seja res-

taurada a ordem constitucional, repondo-se assim as condições democráticas para que todos os saotomenses, na via do diálogo, procurem encontrar, na paz e no entendimento, a solução dos seus problemas internos. Profundamente preocupado com a segurança pessoal de Sua Excelência o Senhor Presidente Dr. Miguel Trovoada, do senhor Primeiro-Ministro Dr. Carlos Graça e de todas as autoridades saotomenses em geral, o Presidente João Bernardo Vieira apela aos responsáveis pelo golpe a garantirem a sua integridade física e o tratamento de dignidade e respeito a que têm o legítimo direito.

Neste grave momento, aviva-se a solidariedade do povo guineense para com os seus irmãos de São Tomé e Príncipe a quem o Presidente da República reafirma a sua inteira e permanente disponibilidade pessoal, no âmbito das realções de concertação e amizade existentes entre os nossos dois países.

CONSELHO DE MINISTROS ANALISA A SITUAÇÃO EM SÃO TOMÉ

Reuniu-se em Bissau, em sessão ordinária, o Conselho de

Ministros.

Sua Excelência o Senhor Presidente da República, General João Bernardo Vieira, no uso das suas prerrogativas constitucionais, dignou-se presidir à primeira parte da sessão, esclarecendo que o fazia a fim de transmitir ao Governo a sua preocupação face à situação que reina em São Tomé e Príncipe, na sequência do golpe de Estado ocorrido na madrugada do dia 15 do corrente, em que foi deposto o Presidente da República Miguel Trovoada e derrubado o Governo.

Sua Excelência aludiu à reacção da comunidade internacional perante o acontecimento e disse que gostaria que o Governo se pronunciasse acerca do sucedido.

Reconhecendo-se durante a discussão que o golpe de Estado não é via para se resolverem problemas internos de um país como São Tomé e Príncipe, que se debate com uma grave crise económica e social. O Plenário, solidarizando-se com os sentimentos e a preocupação do Senhor Presidente da República, João Bernardo Vieira, foi unânime em aprovar a atitude dos militares golpistas, tendo o Conselho de Ministros deliberado que se devia divulgar de

imediatamente um Comunicado do Governo a condenar com veemência o acto, apelando para a reposição da legalidade democrática e para que se respeite a integridade física do Presidente destituído, assim como a do Primeiro-Ministro e dos restantes membros do Governo.

Depois de Sua Excelência o Senhor Presidente da República se retirar da sala de reuniões, Sua Excelência o Primeiro-Ministro assumiu a presidência do Conselho de Ministros, tendo o Plenário, no período de "Antes da Ordem do Dia", debruçado sobre a seguinte questão:

- "Exploração do Jazigo de areia de Quinhamel".

Demoradamente debatida a questão sobre se se deve ou não permitir, nos moldes actuais, a extracção de areia para construção civil, no leito do Rio Tor, em Quinhamel, Região de Bimbo, o Conselho de Ministros deliberou criar um grupo de trabalho coodenado pelo Senhor ministro da Justiça e integrando os Ministérios da Energia, Indústria e Recursos Naturais, do Equipamento Social, da Administração Interna e as Secretarias de Estado do Turismo, Ambiente e Artesanato e da

Juventude, Cultura e Desportos, com o fim de, baseando-se em estudos técnicos existentes, ponderar atentamente este assunto e apresentar com urgência a proposta de solução, visto questionar-se que o ritmo de exploração que se vem verificando daquele inerte no local referenciado, poderá provocar a degradação do balneário de Quinhamel, em prejuízo de um turismo de massa que privilegie sobretudo a juventude.

Entretanto, na "Ordem do Dia", o Conselho de Ministros após discussão, deliberou aprovar, com alterações, o projecto de Decreto-Lei sobre a emissão de passaportes diplomáticos, de serviço e ordinário, apresentado pelos Ministérios dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Guineenses e da Administração Interna.

GOVERNO ALTERA LEGISLAÇÃO REFERENTE À EXPORTAÇÃO DE DIVISAS

Sob a presidência de Sua Excelência, o Primeiro-Ministro - Coronel Manuel Saturnino Costa, reuniu-se, no dia 17, em Bissau, o Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos, tendo recomendado ao Conselho de Ministros para, na sua

próxima reunião, o seguinte:
I. - Proceder a alteração da legislação referente à exportação de divisas.

II. - Implementar medidas com vista a disciplinar a actuação dos cambistas ilegais cuja prática tem vindo a causar enorme perturbação a ordem pública e a segurança dos cidadãos para além de prejudicar a actividade dos estabelecimentos de Câmbio legalmente constituídos.

III. - Criar a Comissão constituída pelo Ministério das Finanças e Banco Central da Guiné-Bissau para elaborar e apresentar uma proposta para análise e discussões na próxima reunião do Conselho de Ministros das medidas recomendadas.

IV. - O Conselho de Ministros ouviu também a exposição do ministro das Finanças sobre a SÍNTESE DA CONJUNTURA MACROECONÓMICA - 1º SEMESTRE 1995, trabalho levado a efeito por uma equipa coordenada pelo secretário de Estado do Tesouro.

No geral foi reconhecida fortes possibilidades de se atingir as metas acordadas com o FMI/BM para o ano em curso.

O Conselho de Ministros foi informado ainda da disponibilidade do Ministério das Finanças em afectar, de imediato ao Ministério da Administração Pública e Tesouro uma verba a fim de se iniciar o processo de licenciamento de funcionários da Função Pública.

Fórum dos Direitos do Homem e da Criança condena golpe em São Tomé

O Fórum das ONG dos Direitos do Homem e da Criança dos PALOP condenou, dia 15, o golpe de Estado ocorrido em São Tomé e Príncipe sublinhando que nada pode justificar, seja qual for a razão invocada, a tomada do poder por essa via.

Segundo um documento que o JNP teve acesso e que fora endereçado ao sub-tenente Fernando Sousa Pontes, líder dos golpistas da operação "Manu Militar", o Fórum entende que a única forma legal de acesso ao poder deve ser através do

veredicto das urnas e exige nesse quadro a reposição imediata da legalidade institucional, a libertação incondicional do Chefe de Estado saotomense, Miguel Trovoada, e o retorno de todos os militares às casernas.

O documento do Fórum igualmente dirigida aos Presidentes de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e Portugal sublinha que os respectivos Chefes de Estado devem usar a sua influência no plano internacional para se conseguir uma condenação generalizada e um isolamento total dos autores do golpe de Estado bem como promete essa organização fazer tudo o que estiver ao seu alcance para sensibilizar a comunidade internacional para uma mesma acção.

TIPS apoia formação de oficiais de Justiça

A Procuradoria da República promoveu, com o apoio do Projecto de Apoio ao Comércio e Investimentos, TIPS, uma acção de formação de Oficiais de Justiça do Ministério Público junto aos Tribunais com o objectivo de reforçar as suas estruturas a nível do Tribunais regionais.

Esta acção de formação, orientado por técnicos do CENFA, teve também em vista dotar o Ministério Público de quadros técnicos

competentes e capazes de desempenhar com profissionalismo as suas funções.

A sessão de encerramento do curso teve lugar dia 23 e contou com a participação de 40 seminaristas que serão afectados posteriormente como auxiliares do Ministério Público junto aos Tribunais Regionais, foi presidida pelo Procurador-Geral da República, Juliana Fernandes, e o Coordenador do TIPS, embaixador John Blacken, tendo sido entregue certificados aos participantes.

Supremo Tribunal de Justiça legaliza PSD

O Supremo Tribunal de Justiça ordenou, dia 21 do corrente, a inscrição no registo próprio dessa instituição do Partido Social Democrata (PSD) liderada por dr. Joaquim Baldé ao abrigo dos n.ºs. 1, 5 e 6 do artigo 9º da

Lei nº2/91, de 9 de Maio, na sua nova redacção dada pela Lei nº4/91, de 26 de Agosto.

Com a legalização do PSD, constituída por antigos militantes da Resistência da Guiné-Bissau / Movimento Bã-Fata (RGB/MB) a Guiné-Bissau passa a contar com 14 formações políticas.

"BOLAMA 95" - Finalmente, o 8º intercâmbio inter-ilhas

Bijagós

Depois de cerca de 23 meses de aturada espera, finalmente, a maior manifestação socio-cultural, recreativa, desportiva e científica do país tem data marcada, acalmando, assim, os ânimos, particularmente dos (bolamenses) ilhéus.

Pois, de 17 à 24 de Setembro próximo a cidade de Bolama acolherá cerca de 3000 jovens provenientes de todos os cantos do país com destaque para as Ilhas, a fim de participarem no 8º Intercâmbio de Solidariedade Inter-Ilhas Bolama-Bijagós, cujo objectivo visa estreitar laços de camaradagem, amizade, desenvolvimento conjunto e harmonioso das ilhas e do país, assim como a promoção de actividades científicas, socio-culturais e desportivas.

Recorda-se que este evento fora marcado para Abril, depois para Maio, e daí foi adiado "sine die" por razões logísticas e falta de meios de transporte marítimo. Apesar de não dispor ainda de meios logísticos, a data prevista (17-24/09) será materializada dado o empenho da Comissão Organizadora que já tinha solicitado o referido apoio dos principais colaboradores/patrocinadores do evento, com realce para a S.Excª, Senhor Presidente da República.

Outros sim, o 8º intercâmbio tem um sabor especial, por ser o primeiro a realizar depois do processo democrático e numa cidade com melhores condições de acolhimento, tendo em conta a priorização das áreas sociais e evolução das actividades socio-económicas na Região.

Fernando Saldanha.

Conferência do SAB Mulheres guineenses preparam dossier para Pequim

O Ministério dos Assuntos Sociais e Promoção Feminina, encerrou o ciclo das Conferências regionais no passado dias 17 e 18 do corrente mês, em Bissau, com a Conferência do Sector Autónomo de Bissau (SAB), que mobilizou cerca de 180 participantes, com vista aos preparativos para a IVª Conferência Mundial das Mulheres a realizar em Pequim, capital da República Popular da China, de 4 a 15 de Setembro próximo.

Os participantes durante dois dias, trocaram opiniões de forma franca e aberta sobre os seguintes temas: Mulher Como Chefe da Família, Razão Profunda da Pobreza; O Papel da Mulher no Sistema Económico do país e o Papel da Mulher na Educação e Socialização da Criança e suas Consequências.

O ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Guineenses no seu discurso do encerramento, realçou o apreço do Governo no concer-

nente as questões que se prendem com a vida da mulher particularmente da mulher guineense.

Ansumane Mané disse que "as resoluções saídas desta campanha, orientadas no sentido de auscultar as mais variadas sensibilidades da sociedade civil, servirão para traçar uma estratégia articulada e global visando soluções almejadas para a participação activa da mulher em todos os sectores da vida da Nação".

Aquele governante destacou por outro lado, o empenho da Comunidade Internacional na busca constante de soluções dos problemas que dizem respeito à Educação, Saúde e Emprego relacionados com a mulher.

Por seu turno, a ministra dos Assuntos Sociais e Promoção Feminina fez um balanço geral das conferências organizadas pelo seu Ministério, tanto regionais como do SAB, que segundo ela, os resultados foram "positivos" tanto a nível da participação assim como das exposições durante os debates.

Para Nharebat Nancua N'tchassó, o Relatório Nacional para Pequim não será apenas o relatório dos anseios e reivindicações da mulher guineense. Será sim, "as nossas preocupações enquanto mulheres que somos por um lado e uma entidade oficial ligada as mulheres guineenses por outro".

Por Agostinho Pereira (Apego)

Novos membros da Associação dos Magistrados Guineenses (AMAGUI) foram conferidos posse, no passado dia 11 do corrente mês, tendo sido confiados aos títulos dos órgãos sociais os senhores Augusto Mendes (Assembleia Nacional), Paulo Sanhá (Conselheiro Nacional), Rui Sanhá (Conselheiro Consultivo) e para o Conselho Fiscal o Sr. Biquezil Namback.

A cerimónia a que assistiram o procurador-geral da República, presidente do Supremo, Tribunal de Justiça, membros da Ordem dos Advogados, representantes dos organismos internacionais e magistrados judiciais e do

O ministro da Educação Nacional deixou Bissau, sábado último, com destino a República da Guiné-Conakry onde irá participar de 20 a 25 do corrente no encontro sub-regional dos ministros africanos da Educação enquadrado nos preparativos da Conferência Anual da UNESCO a realizar, em Novembro próximo, em Paris.

Ibraima Sow acompanhado pelo inspector-geral do MEN, Mário Nosoline, para este encontro que conta com a participação dos técnicos na matéria da Educação para troca de experiências, discussão dos problemas comuns que afectam

Membros da AMAGUI tomam posse

Ministério Público, foi precipitado pelo ministro da Justiça, dr. Daniel Ferreira que na ocasião manifestou a sua total satisfação e vontade do Governo em dar o seu apoio, na medida de possível, a Magistratura guineense.

Para o ministro, os tribunais são espelho de um país, pelas quais vale a pena dar atenção, aliás, "sem aquelas instituições não pode haver um verdadeiro desenvolvimento. Foi neste con-

texto que aquele responsável comprometeu o Governo, dizendo que o Executivo de Saturnino Costa fará tudo quanto necessário para que os tribunais possam ter o mínimo indispensável para um funcionamento normal.

Quem também ficou gratulado com essa iniciativa dos magistrados foi o presidente do STJ que começou por defender pragmatismo, maior

isenção e imparcialidade no julgamento dos crimes, independentemente da sua natureza ou gravidade.

Djaló Pires disse por outro lado que AMAGUI tem grande papel no que se refere o aumento da noção de responsabilidade e a capacidade técnica dos seus associados.

Mas o mais importante, no entender daquele responsável, é o diálogo permanente quer a nível interno, quer a nível das instituições.

A mesma opinião foi partilhada pelo procurador-geral da República, tendo acrescentado que esse diálogo deve ser extensivo aos cidadãos, porque é preciso que eles conheçam os seus direitos e saber exercê-los.

Juliano Fernandes disse que ainda há muita coisa por fazer entre as quais a criação de condições para os magistrados, segundo o seu ponto de vista, para que se fale na isenção e independência dos tribunais é preciso que as condições materiais se conjuguem com as ideológicas.

Adulai Djaló

Guiné-Bissau no encontro dos ministros africanos da Educação

o sistema do Ensino nos respectivos países e irá apresentar uma comunicação sobre a experiência da Guiné-Bissau em matéria da Educação de Base a favor das mulheres e raparigas, para além do seu discurso de praxe.

Segundo declarações prestadas ao NP, a Guiné-Bissau, como país subscritor da Declaração e Quadro de Acção de Ouagadougou em 1993, está empenhada na redução da desi-

gualdade do sexo em termos da taxa de escolarização. Pelo menos as estatísticas oficiais falam por si. A taxa de analfabetismo da camada feminina atinge 76 por cento, sendo a nível secundário a mais baixa de África se se considerar que neste ano lectivo entre 19027 inscritos neste nível, 36 por cento são raparigas.

A delegação guineense manterá, à margem dos trabalhos, encontros com os seus

homólogos do país anfitrião e do Senegal bem como visitará algumas empresas de materiais didácticos.

Recorda-se que o encontro foi organizado pela UNESCO, como é tradicional, no sentido de sensibilizar os governantes e a comunidade internacional sobre a importância da educação no processo do desenvolvimento dos países.

Cláudio Maurício.

Funcionários chineses concedem donativos aos órgãos da Comunicação Social

Quatrocentos e Trinta resmas de papel é a quantidade de material doados pelos funcionários da representação diplomática chinesa em Bissau aos órgãos de Comunicação Social, nomeadamente o Jornal Nô Pintcha (30), Agência Noticiosa da Guiné (200) e Televisão Experimental da Guiné-Bissau (RTGB) (200) com vista a colmatar a falta de matéria-prima que se fazia sentir nesses serviços.

Na ocasião, o ministro da

Comunicação Social e Assuntos Parlamentares, considerou o gesto da Embaixada de "muito significativo" para um sector tão importante que é o da informação.

Hélder Proença referiu que a China tem prestado uma solidariedade exemplar em vários sectores do desenvolvimento da Guiné-Bissau sublinhando que este gesto dos trabalhadores chineses constitui uma tradição que vem sendo hábito na nossa cooperação.

"Contamos e continuamos a contar com o vosso apoio", disse o ministro Hélder Pro-

ença para em seguida sublinhar que este apoio deverá ser gerido da forma mais correcta porque trata-se de um esforço feito pelos diplomatas e funcionários chineses em Bissau.

Igualmente usou de palavra o embaixador Fun Chan Ku que fez um relato breve de como os funcionários conseguiram juntar os fundos para a aquisição das resmas bem como sublinhou a necessidade do reforço da cooperação entre os dois países.

As 430 resmas de papel custaram cerca de 40 mil dólares.

UNCHOR apoia trinta mil refugiados do Casamance

A situação dos refugiados do Casamance encontra-se ainda em estudo, para a institucionalização jurídica por parte do Governo, afirmou-nos no dia 15 de Agosto a Marie Rose, representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados na Guiné-Bissau.

Segundo a Marie Rose, até ao momento chegaram ao país cerca de trinta mil deslocados do Casamance, para depois acrescentar que "o Alto Comissariado na Guiné foi instituído oficialmente para proteger os refugiados do Casamance. Admitiu, no entanto, que a nível do Governo, a situação dos deslocados não está orga-

nizada. Aliás, esta versão foi confirmada pelo embaixador Hensa Jandi, director do Departamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Guineenses para as Relações Exteriores, nomeadamente, África, Ásia e Oceania. Aquele diplomata defendeu a ideia de que o Governo tem vindo a tentar criar um departamento exclusivo que se ocupará das questões dos refugiados casamanceses que ainda chegam no país.

Para Marie Rose, os serviços do UNCHOR tem vindo a apoiar as iniciativas do Governo guineense para a protecção dos refugiados, tanto do Casamance como dos outros países, que inclui os 163 deslocados de Serra Leoa, 73 da Libéria, um de Angola e um tchadiano que

até a data se encontram na Guiné-Bissau.

No entender de Marie Rose, os deslocados da Libéria e Serra Leoa deviam ficar na Guiné-Conakry.

Portanto, acrescenta que à título do Comissariado é obrigada apoiar-lhes porque é seu objectivo embora esteja a enfrentar falta de apoio de ordem material e económica, razão pela qual os refugiados da Libéria e da Serra Leoa têm estado a invadir esta instituição humanitária".

Entretanto, Marie Rose, afirmou que o UNCHOR continua a receber os refugiados casamanceses e apoiá-los no domínio da alimentação e utensílios de uso doméstico.

Aruna Jamanca

Textos: Simão Abina — Fotos: Pedro Fernandes

Das cinzas do CENEMA (Centro Nacional de Experimentação de Arroz de Contuboe), metamorfozou o CPFA (Centro de Pesquisa e Formação Agrária), respectivamente do então DEPA e actual INPA, que, com a realização do curso decorrido de 31 de Julho a 12 de Agosto corrente, começou a dar corpo a nova vocação que se pretende deste último.

Durante duas semanas os técnicos do INPA participaram num curso bastante pontual nas suas palavras para concretização das suas actividades.

O "Nô Pintcha" esteve presente e manteve entrevistas com os responsáveis do mesmo que, entre outras coisas, falaram das perspectivas bem como das actividades que estão a levar a cabo, tais como:

Redefinição das tarefas do centro a fim de o transformar num centro de especialização dos quadros técnicos ligados ao INPA. Também os esforços que estão a ser feitos no campo da pesquisa com vista a testar não só a varietal mais apropriada para o nosso clima, como também a unificação dos mais diversos tipos de cereais que se dão pelo mesmo nome, mas que no fim são vários, cada um com o seu ciclo de gestação, sendo à pítica nacional as mais resistentes às diversas calamidades, e de gestação curta os mais preferidos.

A preocupação de melhorar a dieta alimentar das populações através de auto-suficiência alimentar, esteve na origem da criação, em 1976, do então CENEMA (Centro Nacional de Experimentação de Arroz de Contuboe), com vista a desenvolver a pesquisa a nível de sequeiro e das bolanhas de água doce, começou por afirmar-nos o director do mesmo numa entrevista tida com a equipa do "Nô Pintcha" que se deslocou àquela localidade.

Segundo engº Mangala Na N'tchia, agrónomo de formação e responsável pelo centro que agora se dá o nome de CPFA, (Centro de Pesquisa e Formação Agrária), a partir da sua passagem para a alçada do INPA desde 1993.

Em 1994, altura da sua vinda para o centro, e de acordo com o engenheiro Na N'tchia, só funcionava dos "chorudos" fundos que beneficiava. De entre estes financiamentos fez questão de destacar o da Cooperação Francesa no domínio da pesquisa no meio camponês, Acção Agrária Alemã, uma ONG desse país que investe nas áreas de raiz e tubérculos, a Fundação Calouste Gulbenkian no ramo da pesquisa de AZOLA, uma planta marinha utilizada na adubagem dos terrenos, a ADRAO - uma organização da Costa Ocidental Africana, com longa experiência no campo da pesquisa orizícola e milhos.

Por outro lado e graças ao qual ele pode falar da redefinição das funções do centro, disse não poder esquecer do ASDI, através da Universidade Sueca das Ciências Agrárias (USCA) como um dos maiores financiadores do mesmo. Foi com ajuda desta agência sueca que o Governo pode dar continuidade ao seu plano de pesquisas e também ajudou a equipar vários centros com materiais e equipamentos de escritórios.

Em termos de actividades levadas a cabo neste momento, o



► Engº MANGALA NA N'TCHIA, Director do CPFA

nosso entrevistado disse que algumas são a título pontuais através das solicitações para as realizações de ensaios.

"Neste momento dada a ausência de um fundo de maneio, o CPFA funciona com a venda dos seus serviços (ensaios e fornecimento de sementes), que é também uma das vocações do INPA e ainda o aluguer de camiões e algumas máquinas, o que lhes permitiu resolver certas necessidades pontuais do mesmo, tais como combustível para o gerador, funcionamento das actividades de administração do centro, isto para ajudar atenuar encargos da parte da direcção central cujos esforços reco-

nheceu nos apoios em combustíveis.

Apesar dos alugueres dos seus materiais, o director do CPFA disse ser insuficiente o montante que conseguem com tais serviços, razão pela qual pensam recuperar o centro a fim de poderem passar a alugá-lo aos interessados para a realização dos seminários, cursos e conferências.

Fazendo um historial retrospectivo do CPFA, o engenheiro Mangala Na N'tchia disse que aquando da transformação do DEPA em INPA em 1993 e simultaneamente do CENEMA em CPFA, começou-se a registar redução dos seus programas, isto em parte devido a saída de alguns financiadores, ficando deste modo reduzido a seis programas (cereal, raízes e tubérculos, Programas Agro-Silvo-Pastoril, Fertilidade e Leguminoso) Sistema de Produção de Sementes, todos sob a coordenação de uma Direcção que vamos falar mais adiante.

Todos esses programas têm como actividades a experimentação, alguns a nível de planaltos e bolanhas, e outros só a nível de planaltos, sendo seguintes as potencialidades do centro: bolanha- 135, 5 hectares, planalto sequeiro- 46,76 hectares, zona residencial- 62,20 hectares.

Em termos de perspectivas para o centro, tal como nos disse o seu responsável máximo pensa-se redefinir todos os

programas de pesquisa e consequentemente tentar especializar o centro só em cereais o que não exclui que existam outros programas como antenas que teriam como a sua base central o CPFA.

Falando das programas em execução para a presente campanha salientou que muitos já foram cumpridos, entre os quais testes, ensaios e produção de semente a nível de planaltos assim como das bolanhas e alguns já estão instalados e outros na fase do nivelamento de parcelas e transplantes.

Recuando um pouco mais na história do actual CPFA, "diríamos que foi, em 1978, dois anos após a sua criação que começou a potenciá-lo, com a introdução de outras culturas alimentares em particular milhos (sorgo-preto e bassil)".

Em 1988, o mesmo começou a abrir-se para o exterior no que diz respeito a sua produção. Foi assim que nesse ano se introduziu as culturas de exportação com o destaque para mancarra e algodão.

Salienta-se que a introdução das actividades de hortifruticulturas, em 1987, numa escala maior e na qual se incluía muitas mulheres das diferentes tabancas, veio culminar com a criação da actual Associação das Mulheres do Leste para Luta Contra a Fome (AMLCOF) sediada nessa vila, é uma das maiores ONG regional.

Quanto aos apoios recebidos

de outras instituições ou organizações, o nosso interlocutor adiantou-nos que no início o centro recebeu vários apoios nomeadamente da USAID, Cooperação Francesa, FAO e PNUD, sendo este último o maior financiador do mesmo, e que contribuiu grandemente para sua existência, pois foi graças a ele que se concretizou este sonho em realidade, através de um dos seus financiamentos e cuja a execução esteve a cargo da FAO, no quadro da 2ª fase do Projecto de Produção de Sementes decorridos de 1987 a 1989.

Com o fim do projecto atrás referido, começou a registar-se quebra de apoios e apesar de existirem infra-estruturas, muitos financiadores começaram a retirar-se e foi daí que nasceu a nova ideia de o transformar em Centro de Pesquisa e Formação Agrária, disse a terminar.

AGRICULTURA GUINEENSE NUM TUBO DE ENSAIO EM CONTUBOEL

A nível do Centro de Pesquisa e Formação Agrária de Contuboe existem sete programas ligados a pesquisa, afirmou o chefe de investigação e responsável do Programa

Arroz, o engenheiro agrônomo Jacinto Rodrigues Dias, o segundo ele, é muito o leva-lhes a pensar em sua criação devido ao escassez de alimentos.

Assim, disse, se pensou contactar ISNAL uma organização holandesa especializada em estruturação de programas de pesquisa a nível mundial, que esteve uma vez no país, a fim de ajudar a pensar na reestruturação dos referidos programas.

Uma outra organização que tem acompanhado as actividades de reestruturação do Centro é a ADRAO, "que já fez um trabalho preliminar cuja respectiva conclusão está a ser feita através de um estudo, se agarrado a todo o momento, "não obstante a esse estudo, o projecto do centro, através do INPA pretende realizar os seus próprios estudos".

Para cobrir esses programas o centro dispõe de cinco técnicos de formação superior e do próprio responsável por investigação. São eles: de investigação cereal e subprograma arroz, cujos objectivos são realizar selecção varietal precoce, que tenha alta potencialidade de rendimento, mesmo quando se emprega pequena quantidade de adubos, isto devido a redução cada vez mais da pluviosidade, assim como os que podem ser tolerantes à seca, a acicil pragas e a doenças, toxidiférica, existindo já alguns de ensaios em alguns campos.

GUIMADEIRA ABRE LOJA EM CONTUBOEL

A actividade comercial (dijlandade) em Contuboe é como em qualquer parte do território nacional, desde mesinhas para venda de cigarros, rebuçados, nós de cola passando por diversos artigos de higiene. Isto nota-se em todos os cantos por onde se passa.

Mas estabelecimentos comerciais "digno de nome" embora mesmo no país haja poucos que se possam dar este nome, de facto, em Contuboe essa ausência é bem gritante, e isso ficou expressa nas palavras do presidente do

Comité do Sector local que expressou o seu agradecimento por este gesto dos proprietários da GUIMADEIRA que gerem uma serração sediada mesmo no coração da vila.

Segundo Carlitos Biaguê, a vida deste estabelecimento vem reforçar os outros dois únicos estabelecimentos existentes, vai ajudar grandemente a população do sector.

A inauguração do referido estabelecimento destinado em primeiro lugar aos trabalhadores da empresa, foi presidido pelo dr. Jorge Quintas que nas suas palavras disse esperar que o estabelecimento não sirva só aos trabalhadores como grandes beneficiários, mas também a

toda população.

Pois, eles também pretendem apostar na contribuição social, participando no desenvolvimento do país e fornecimento dos bens essenciais às populações de Contuboe.

Nele vão ser comercializados não só arroz, que pode ser concedido aos trabalhadores da serração a título de crédito para ser descontado no fim do mês, mas também terá uma gama de bebidas frescas, pois vai beneficiar da corrente eléctrica da serração 24 horas, além de outros artigos domésticos e vai funcionar sob a alçada de um dos funcionários da empresa ADP- Armazéns do Povo, Carlos Fragoço.

Depois do encerramento do curso, o jornal "Nô Pintcha" ouviu alguns palavras do mesmo, o que pensa-se vem a sua realização.

Assim para o JÚLIO INJAI, engº agrônomo e formado em Fitopatologia no Centro de Pesquisa e Formação Agrária a realização do curso foi interessante, pois durante o curso deram a trabalhar com fichas que lhes irá par-

Redefinir pa INPA transforma de Contuboe no céré

a especializar centro de pesquisas ro das suas atribuições

Programa de fertilidade e leguminosa, este visa estudar a viabilidade da aplicação de azola (uma planta marinha) com potencialidade de fixação de azoto atmosférico, com o qual já realizou alguns ensaios, tendo a prova demonstrado que em vez de cem por cento de adubos químicos (ureia) aplica-se apenas cinquenta mais azola e o resultado é o mesmo de cem por cento.

Sendo a forma da sua multi-



► Eng. JACINTO DIAS, chefe de Pesquisa e Responsável do Programa Arroz

aplicação uma das suas dificuldades.

Programa raiz e tubérculos, o mesmo tem por objectivo melhorar a insuficiência ali-

mentar no período crítico (penúria alimentar) a nível de duas culturas com 55 dias de gestação, são eles batata doce em particular, e mandioca.

Programa Agro-Silvo-Pastoril, este programa, conforme eng. Jacinto Dias, é recente e trabalha em estreita colaboração com a sede regional (Bafatá) na criação e manutenção de árvores e arbustos de raso múltiplo como banco genético permanente para programas futuros. Ele assegura o melhoramento qualitativo e quantitativo das pastagens naturais das diferentes zonas de desenvolvimento.

Programa de hotifruticultura, este tem por objectivo primeiro, estudar as variedades de horticultura durante a época chuvosa (tomates) tendo em conta o excesso de humidade, tolerâncias à pragas. Segundo, estudar os diferentes tipos de estrumes de morcegos na cultura de tomates no intuito de encontrar a melhor dose para ser vulgarizada. Terceiro, fazer testes de certas espécies hortícolas para apurar as suas fases varietal.

Programa de controle de sementes, este é um dos programas do centro cuja área não dispõe de mandato para executar, sendo isto da responsabilidade da delegacia Regional do Ministério do Desenvolvimento Rural e Agricultura.

Mas, conforme o nosso entrevistado, como aquele não

tem quadros suficientes, os resultados são experimentados em ensaios de pré-vulgarização junto dos camponeses e outra parte é passada ao departamento de experimentação.

Este último programa procura privilegiar todos os resultados de pesquisa dos seis programas a nível da estação no meio camponês. E para despertar mais interesses nas catividades de cada área, esses ensaios para pré-vulgarização são vendidos a um preço simbólico.

A venda desses sementes melhoradas está excluída aos camponeses enquadrados que beneficiam desses sementes que mais tarde retribuem em sementes e que servem de banco de sementes para fornecer a outros camponeses.

Para além dos quadros técnicos superiores acima referidos, o centro dispõe também de técnicos médios em número de nove, alguns dos quais encarregados de outros programas, como é o caso do sistema de produção, produção e controle de sementes, laboratório de solo e plantas, entre outros.

"Com o financiamento apenas funciona o programa de arroz e o respectivo subprograma cereal, que vem de autoridade sueca ligada a área de implantação e ensaio de arroz.

De acordo com o eng. Jacinto Dias, a pesquisa é uma área cujo financiamento é um pouco difícil de conseguir, porque os

resultados não são imediatos. Assim, o centro passou a elaborar programas que são submetidos ao INPA e que procura financiamento para os mesmos.

Com vista a poder acompanhar melhor as suas actividades de pesquisa, o CPFA dispõe de laboratórios de controle e sanidade de sementes, de análise de plantas e solo (fitopatologia) protecção vegetal. Dispõe ainda como infra-estrutura de apoio, uma sala de informática, biblioteca, centro de formação, dois armazéns de estocagem de sementes destinadas a pesquisa com capacidades para mil e trezentos quilogramas e ainda de outros dois armazéns com factores de produção, bem como uma oficina mecânica.

Apesar das dificuldades, reconhecidas pelo responsável da investigação do CPFA, todos os sete programas estão em execução, e muito especificamente a nível do planalto onde a 2ª fase de fertilização já foi cumprida.

A nível do Sistema de Produção os responsáveis ligados a área actuam baseados em duas vertentes: primeiro, grupo de interesse-especialização arroz e milho - muitos camponeses são apoiados através das necessidades de factores de produção, adubos e pesticidas em geral, diferentes tipos de sementes tanto primário como secundário (milho preto, sorgo e feijão).

Ainda a nível de produção



► Um dos campos de Pesquisa de Programa Arroz no meio camponês

de semente para todo o centro previu-se os seguintes espaços: um hectare de arroz de bolanha, um de milho e meio hectare de feijão. E de todos os programas, o de arroz é o mais votado, com oito programas de ensaios sendo a nível de planaltos seis, e dois de pequenos em vales (bolanhas profundas).

Dos raízes e tubérculos, mandioca cuja variedade já foi testada, principalmente a que veio de Nigéria, constatou-se de que este não era próprio para consumo por conter ácido, o que os torna amarga. Por outro lado, continuou-se com os ensaios de batata doce assim como de mandioca local, além de feijão, através de inquéritos com vista a apurar como é que os mesmos estão sendo aproveitados para dieta alimentar.

No quadro de colaboração com outras organizações ou instituição, o eng. Jacinto Dias confirmou-nos que existe essa colaboração entre os diferentes programas sediados no centro com as suas similares regionais. Mas que o mais importante é a que se verifica no quadro de uma instituição coordenadora de todos os projectos do Desenvolvimento rural da Zona II e que se dá o nome do "Comité Zonal", e que envolve ONG's, camponeses, assim como o próprio CPFA através das solicitações apresentadas em reuniões do mesmo.

Nessas reuniões são geralmente discutidas todas as potencialidades de cada um dos intervenientes na esfera do desenvolvimento rural da zona. Assim, e no quadro das perspectivas futuras do centro, pensa-se transformá-lo em centro de for-

mação tal como diz o nome, não só para os técnicos do desenvolvimento rural, mas também para os próprios camponeses, que podem tomar parte em debates dos assuntos que diz respeito ao desenvolvimento das suas actividades.

Durante a permanência da equipa do "Nô Pintcha" em Contuboe, os mesmos tiveram a oportunidade de visitar alguns campos de ensaios, bem como algumas iniciativas conjuntas no meio camponês. Desta forma a nossa equipa visitou um campo de ensaio de variedade de tipos de cereal nomeadamente primário (arroz) que continha várias espécies desde o de ciclo curto, passando pelo o da tolerância à acidez, a deficiência de fósforo.

No campo das cereais secundárias foram visitadas parcelas de milhos cujas algumas variedades vieram de Zâmbia (sorgo) Benin(bassil) preto (Niger) todos com objectivo de serem testados a capacidade de pluviometria, visto o país começar a confrontar-se com climas ideónticos às zonas das suas origens.

Visitas às parcelas de feijão de duas colheitas (55 dias) de gestação para cada colheita também foi realizada, bem como a um campo de ensaio de fertilizante de efeito residual denominada CROTELÁRIA que por aquilo que a equipa teve a oportunidade de constatar pode muito bem substituir alguns adubos químicos.

A dificuldade é como o AZOLA, o forma da sua multiplicação, pois ele pode ser cultivado em terreno onde não se vai cultivar nada num ano, para, no ano seguinte, ser aproveitado para qualquer tipo de cultura.

OS PARTICIPANTES FALAM DO CURSO

e reunir informações desde o início da campanha até ao fim, acompanhando deste modo o ciclo vegetativo das plantas.

Quando do período para sua realização, considera-o propício, porque é de início das actividades agrícolas e todas as plantas a seguir ainda estão no viveiro, mas entende que a melhor forma da sua realização, é que fosse de semanas alternadas, a fim de lhes permitir que cada técnico se inteire das actividades do seu centro.

Falando da organização interna, reconheceu que está não funcionou

a cem por cento, mas que isso era compreensível, pois é a fase inicial daquilo que se pretende fazer.

Sambel Baldé, eng. agrônomo (seleccionador), colocado no Centro de Pesquisa de Bissorã, para ele o curso foi pertinente, porque ele permite armar um investigador com argumentos que a sua própria actividade exige.

"Pesquisa é complexa e uma pessoa acha-se munido de bons conhecimentos, quando pelo contrário não é assim", defendeu, para mais adiante acrescentar, que é preciso ter conhecimentos das formas

de recolha de dados que foi o que se aprendeu no referido curso, bem como a forma de pô-los a disposição dos seus destinatários.

Para Sambel o período não era o propício, porque esta é a ocasião que passam a maior parte do tempo no campo, o que quer dizer que não se deve prender uma pessoa durante duas ou três semanas, pois a planta não espera". Propõe que fosse escolhido uma outra altura ou períodos mortos (Janeiro / Maio) ou então que seja em semanas alternadas.

Em termos da organização inter-

na ele considera-o de boa embora não a cem por cento, "porque houve algumas dificuldades no que diz respeito a alimentação e água e isso provocou alterações no período de descanso e da retomada das aulas".

À terminar foi ouvido Dr. JOAQUIM ALBINO, responsável do INPA pelos Serviços de Formação, que começou por dizer que em relação a sua área existe vontade de transformar os técnicos um dia em bons pesquisadores e que para tal eles precisam de formação de base, cujo o presente curso é um dos

objectivos, o que vai permitir-lhes aplicar rigorosamente e bem organizado os conhecimentos adquiridos principalmente no meio camponês, com vista a perspectivarem formações no futuro.

Outras formações em outras áreas tendo em conta a estratégia do INPA ligado aos técnicos, está em vista, a fim de continuar a harmonizar os conhecimentos, cursos para gestores que engloba o nível central, assim como os centros (antenas).

CILSS/CENTRE AGRHYMET (NIAMEY-NIGER) AVIS DE VACANCE DE POSTE

Título do Poste : EXPERT EN SYSTEME D'INFORMATION GEOGRAPHIQUE

Lieu d'affectation: Centre AGRHYMET, NIAMEY, Niger

Durée de l'engagement: Environ 3 ans avec période d'essai de 3 moi

Date d'entrée en fonction: Octobre 1995

Description des tâches:

Sous l'autorité de L'Assistant au Directeur Général pour le Programme Majeur Information, l'expert spécialiste en Système d'Information Géographique (SIG) fera partie d'une équipe d'experts chargée de la constitution des bases de données (cartographique et image) et l'élaboration de produits pour appuyer les autres activités du Centre et des pays du CILSS (voir tâches spécifiques présentées en annexe)

Formation et titres

- diplôme d'ingénieur Informaticien ou MSc, Doctorat, PhD, ou equivalent dans une discipline en sciences naturelles ou en SIG/Télétection

- Spécialisation nécessaire dans l'un des deux domaines suivants: informatique, Système d'Information Géographique ou Télétection

Expérience et compétences

- Au moins 3 ans dans le domaine de l'informatique/SIG ou Télétection
- Avoir de solides connaissances de la création, de l'utilisation et de l'analyse de banques de données géoréférencées
- Etre spécialisé en SIG vecteur et "raster"; avoir une bonne maîtrise de ARC INFO et une connaissance de logiciels IDRISI, ALLIANCE, ATLAS, SPANS etc;

- Avoir une maîtrise de DBASE et des systèmes d'exploitation DOS, VAX,/VMS/SUN STATION;

- Connaître et maîtriser les traitements et analyses de données de télédétection (imagerie satellitaire, scanner, photographie aériennes).

Constitution du dossier

- un acte de candidature manuscrit
- un curriculum vitae détaillé (incluant la liste des publications et un résumé de la thèse la cas échéant, la liste des associations professionnelles, les prix et concours, les distinctions académiques)
- une copie des certificats de travail des emplois antérieurs
- une copie certifiée conforme des titres et diplômes
- un extrait d'acte de naissance ou de jugement supplétif et tenat lieu
- un extrait du casier judiciaire datant de moins de trois (3) mois;
- noms et adresses de trois (3) personnes autres que les employeurs antérieurs, qui connaissent le candidat et qui pourraient éventuellement être consultées pour avis.

Date limite de dépôt des candidatures

Les dossiers de candidatures doivent être adressés au plus tard le 10 septembre 1995 à:

Monsieur le Directeur Général du Centre AGRHYMET
B.P. 11011 NIAMEY (Niger)

Tel: (227) 73 31 16 Fax: (227) 73 24 35

CERTIDÃO

CERTIFICO, para efeitos de publicação, que por escritura de trinta e um de Julho do ano de mil novecentos e noventa e cinco lavrada neste Cartório e exarada de folhas setenta e seis verso a setenta e oito, no livro de notas para escrituras diversas número cento e trinta e cinco A, digo, cento e setenta e um, foi celebrada uma escritura de "HABILITAÇÃO DE HERDEIROS" e um óbito de SENHOR INJAI, de sessenta e sete anos de idade, de profissão Lavrador, natural que era de Bissau, filho de Malam Injai e de Fanta Siré Sanó, falecidos, o falecido era solteiro, teve a sua última residência em Bissau, faleceu aos quinze dias do mês de Janeiro do ano de mil novecentos e noventa e três, nesta cidade de Bissau e o seu cadáver

foi supultado no Cemitério Municipal de Missirá.

Mais certifico que na operada escritura foram declarados como únicos herdeiros a saber os seus filhos:

IRMÃ INJAI, nascida a um de Janeiro de mil novecentos e cinquenta e oito em Bissau onde reside; e

TENEM INJAI, nascida a dezoito de Janeiro de mil novecentos e sessenta e dois, em Bissau, onde reside, todas as filhas dele falecido com Aissato Sanó, também falecida.

Está Conforme

Ressalvo as emendas no que diz: "efeitos", seus".

Cartório Notarial em Bissau, 1 de Agosto de 1995.

A AJUDANTE,

Agradecimento



É com profunda tristeza, que cumprimos a dolorosa obrigação de informar que após uma breve doença faleceu no passado dia 5 de Agosto de 1995, em Dakar, República do Senegal o nosso estimado Director Financeiro.

ANTÓNIO CÓ

"PANCO"

Bissau 13-6-1963

Dakar 5-8-1995

Faltam-nos palavras para louvar os serviços prestados por ele,

ao longo dos oito anos que serviu a nossa Empresa.

Panco, como cordialmente era tratado por todos os colegas entrou para à Empresa num período próspero, traduzido por um rápido crescimento. A sua indiscutível inteligência, amizade, camaradagem e o seu incansável esforço muito contribuiu para o progresso da Empresa, fazendo-a chegar onde agora se encontra.

O lugar por ele deixado, será

impossível de preencher.

Neste momento de dor, de angústia e de reflexão, a Direcção e todo o pessoal da Mavegro, vem por este meio apresentar as suas mais sentidas condolências a sua viúva, os seus filhos, mãe, irmãos e demais familiares.

Aos filhos deixados, a Empresa Mavegro, tudo fará para garantir os seus futuros.

A Direcção e o pessoal da MAVEGRO E.I.R. Lda.

AVISO

MARCAS REGISTRADAS - GUINÉ-BISSAU

BENSON & HEDGES	PLAYERS GOLD LEAF
STATE EXPRESS	HENRI WINTERMANS
LUCKY STRIKE	CAFE CREME DU MAURIER
PALL MALL	SILK CUT HOLLYWOOD
BELMONT	BELAIR CARLTON
BARCLAY	EMBASSY HORIZON
HILTON	HB NEWPORT
VICEROY	CAPRI TRUE
KENT	KOOL JPS

Avisa-se pelo presente que, as marcas registadas acima indicadas são marcas registadas da:

BRITISH-AMERICAN TOBACCO COMPANY LIMITED, britânica, com sede em Millbank, Knowle Green, Staines, Middlesex TW18 1DY, Inglaterra.

E, São usadas em conexão com:

Cigarros, tabaco, produtos à base de tabaco, artigos para fumadores, isqueiros e fósforos.

AVISA-SE, TAMBÉM, que procedimentos legais serão tomados contra quaisquer pessoas ou companhias que usem as referidas marcas registadas ou quaisquer imitações delas, ou que, por qualquer outro modo, infrinjam os direitos da mencionada companhia proprietária.

AVISO

MARCAS REGISTRADAS - GUINÉ-BISSAU



CONTINENTAL



FREE

HOLLYWOOD



HOLLYWOOD LIGHTS



MINISTER



Avisa-se pelo presente que, as marcas registadas acima indicadas são marcas registadas da:

SOUZA CRUZ S.A. uma empresa brasileira, com sede na Rua Candelária 66, Caixa Postal 160-ZC-00, Rio de Janeiro, RJ Brasil.

E, são usadas em conexão com :

Cigarros, tabaco, produtos à base de tabaco, acessórios para fumadores, isqueiros e fósforos.

AVISA-SE, TAMBÉM, que procedimentos legais serão tomados contra quaisquer pessoas ou companhias que usem as referidas marcas registadas ou quaisquer imitações delas, ou que, por qualquer outro modo, infrinjam os direitos da mencionada companhia proprietária.

Aconteceu

Na Igreja Universal de Reino de Deus

Nome: *Maria Antonieta Barros*

Morada: *Chão de Papel*

A minha vida antes de conhecer Jesus, na Igreja Universal, era um verdadeiro infer-

no, pois havia perdido o meu 2º marido, o que me fez uma pessoa nervosa, além de sofrer de insónias, via vultos, ouvia vozes, e até tentei o suicídio uma vez, vivia angustiada e deprimida. Também tinha uma ferida na perna que já há anos não cicatrizava com os medicamentos.

Um dia, uma amiga convidou-me para vir a Igreja, e logo no primeiro dia, eu senti algo mudar dentro de mim. Comecei por fazer as Correntes de Oração as quartas e sextas-feiras, e hoje através da fé estou totalmente liberta desses males e sinto muito feliz.

Se você, meu amigo,

sofre com algum problema, creia em Deus e Ele irá abençoar-lhe também.

Se você sofre com doenças, problemas espirituais, sofre de desmaios, ataques epiléticos, problema de falta de trabalho Deus deseja ajudar-lhe.

As estradas esburacadas que se observam nas principais avenidas e ruas da capital continuam a ser uma das maiores preocupações dos condutores que sonham com os melhores dias na concretização do Programa do Governo face ao melhoramento das mesmas.

Enquanto os condutores reclamam mau estado de estradas DGEPE e CMB alegam falta de verba orçamental do Estado

Entretanto, o elevado custo dos impostos de circulação que não exclui o sector dos transportes públicos vem sendo alvo de reclamação por parte dos utentes da via pública.

Por seu lado, a Direcção-Geral de Estradas e Pontes (DGEPE) e a Câmara Municipal de Bissau, CMB, queixam-se da falta de verba orçamental do Estado.

Alguns condutores de várias categorias profissionais e serviços que interpelamos, afirmam que esperam melhores dias na construção e manutenção das estradas a nível nacional, um facto que consideram enquadrar-se no Programa do Governo.

Para eles, os impostos que pagam para a circulação não fazem sentido porque as estradas encontram-se esburacadas por toda parte de Bissau.

Por um lado consideram que muitos acidentes ocorridos e que resultaram em perdas humanas e danos materiais devem-se às más condições de algumas estradas.

Os taxistas são os que mais se queixam devido à inacessibilidade em algumas vias, sobretudo dos bairros periféricos da capital. Dizem que não conseguem satisfazer a vontade dos seus clientes pelo facto de as estradas dos bairros da capital constituírem um perigo para os seus carros e que as peças sobressalentes custam uma fortuna. Reclamam que pagam ao Fundo Rodoviário (FR) uma fortuna (ver caixa).

Mamadú Djaló, director-adjunto do Fundo Rodoviário, afirmou a nossa reportagem que o objectivo específico do FR é de assegurar a gestão dos recursos económicos do Projecto de Reestruturação de Infra-estruturas, PRI, um dos Projectos do BM que a título de adjudicação de fundos de contrapartidas intervêm no sector de construção e manutenção de estradas isto quando este é solicitado para financiar iniciativas através do programa de execução por parte da DGEPE do Ministério de Equipamento Social.

Mamadú Djaló, esclarece explicando que a ideia ventilante da opinião pública,



► NUM FUTURO MUITO BREVE, em vez de meios de transportes rodoviários circularem nas avenidas e estradas de Bissau passaremos a ver canoas visto que a via terrestre está ameaçada não se sabendo que desígnio se dá ao imposto do Fundo Rodoviário

sobretudo dos utentes da via pública "não cabe o FR a construção e manutenção das mesmas" e sublinhou ainda que "entende-se que há instituições vocacionadas para o sector concretamente os serviços da DGEPE, CMB e algumas empresas nacionais e estrangeiras constituintes no sector de construção e manutenção de estradas. Portanto, "nós do FR limitamos a cobrar aos proprietários e remetemos as receitas ao cofre do PRI que acordou posteriormente adjudicações de acções de execução relativamente aos planos apresentados pela DGEPE.

Por seu turno, Domingos Simões Pereira, director-geral de estrada e Pontes, assegurou-nos que estão a ser levados a cabo alguns projectos de construção e melhoramento de algumas estradas no quadro dos planos que a sua Direcção está nesta altura a supervisionar.

Simões Pereira adiantou portanto que há algumas estradas que estão sob adjudicação da sua Direcção que abrangem as estradas dos Bairro de Ajuda, de Quelele, INDE e o do Bairro Militar que prevê para este último o alcatroamento de mais dois quilómetros que deverá atingir aproximadamente a PLACA 2. Segundo a sua explicação as restantes, estradas de

bairros acima referidos consta no plano de acção de execução melhoramentos em terra batida em consequência dos parcos meios económicos que nesta altura a sua Direcção está a enfrentar para cumprir os planos de acção imediata.

Entretanto, Domingos Simões Pereira afirmou ao JNP que a política da situação das estradas aos serviços da alçada da DGEPE deviam ser contemplados no Orçamento Geral do Estado, OGE, e acrescentou que "estamos em condições de dizer que não temos verba por parte do Fundo de Orçamento Geral do Estado" adiantou, por enquanto, que "a situação nos deixa preocupados e embaraçosos quando a nossa Direcção é obrigado a recorrer o desvio de fundos de contrapartidas do BM à aquisição de materiais que carecemos ao empenhamento

de determinadas obras e serviços à nível do centro urbano".

Por um lado, Simões Pereira disse que nem todas as estradas ou serviços de manutenção estão sob responsabilidades adjudicional da DGEPE para depois afirmar que algumas estão enquadradas à nível do Projecto holandês de Melhoramento dos Bairros que se inclui nas operações dos serviços técnicos da CMB.

Ainda, Simões Pereira reconheceu lamentado o mau estado dos esgotos que classificou de precários e não deixam a livre passagem de água fluvial e lixírias que felizmente estão a ser desentupidos pelos serviços técnicos da CMB.

Em retrospectiva aquele responsável disse que na altura os serviços da DGEPE estão a proceder a transição das estradas que ligam Buba/Cátio e

Bedanda/Cacine e Guiledge, obras que considerou estarem já numa fase avançada.

Quanto às perspectivas, Simões Pereira adiantou que após o período das chuvas os serviços da DGEPE vai reiniciar as obras de alcatroamento da estrada que liga Nhacra/Jugudul.

Portanto a Avenida 14 de Novembro que nestes últimos tempos tem sido palco de acidentes de viação sobretudo nos entrocamentos da CHAPA DE BISSAU, Bairro de Ajuda e HOTTI BISSAU HOTEL, Domingos Simões Pereira afirmou-nos que já contactou o embaixador da China residente em Bissau, onde abordaram questões ligadas ao melhoramento desta Avenida, nomeadamente a situação dos esgotos, iluminação e sinalização.

Por outro lado, falando de relação institucional entre os serviços técnicos da CMB e da DGEPE, Sérgio Mané admitiu a ideia de que há uma colaboração entre as duas instituições, todavia defendeu que FR está mais ligado com DGEPE.

Neste sentido adiantou que a sua Direcção fez proposta dirigida a DNFR a solicitar atribuição de percentagem nas receitas provenientes das cobranças do FR para levar a cabo reparação das estradas. Ao que tudo indi-

ca esta proposta não foi aceite por esta Direcção, segundo Sérgio Mané.

Entretanto, Sérgio Mané disse que não há uma coordenação entre os serviços técnicos das suas instituições no âmbito de reparação de estradas.

Quanto ao projecto holandês de cooperação nas construção de estrada, afirmou que este opera nos melhoramentos do Bairros segundo o acordo que assinou com o Ministério de Equipamento Social, contudo reconhece que este projecto está inserido no quadro dos trabalhos da Câmara Municipal de Bissau.

Sérgio Mané sublinhou igualmente que a sua Direcção não tem verba por parte do Fundo do OGE, pois que "não fomos contemplados neste sentido para fazermos face aos nossos serviços".

Arruna Jamanca

Direito a resposta

Em resposta à entrevista publicada no Jornal Nô Pintcha, na sua edição de 25 de Julho último, na Página 7, um jornalista acusou-me de ter afirmado numa curta entrevista à RDN levantar um Processo extra-parlamentar contra a pessoa do dr. Koumba Yalá.

Sobre o assunto, gostaria de advertir ao autor do Artigo que nunca gostei de brincadeiras de mau gosto, principalmente quando se trata de pessoas que não são da minha confiança política.

Relativamente ao Dr. Koumba Yalá, tenho a minha opinião sobre ele e sempre que puser em causa a minha pessoa ou Partido a que pertenço terei a resposta circunstancial a dar.

Chamou-me de infeliz, mero infeliz e não sei que tipo de infelicidade é que me atribui! Todavia, espero que no futuro tenha mais cuidado no que diz e que evite de mim e do Movimento Bâ-Fata.

Mário Ussumane Baldé
Deputado da Bancada da
RGB/BM

Por lapso saiu no N° 1498 um erro e onde se devia ler Guiné-Concackri saiu Guiné-Bissau. As nossas desculpas.

Paralelamente a esta decisão, República da Guiné Conakri comprometeu-se acolher a 4ª sessão da mesma conferência.

Carros de gasolina: -----	a) = 270.000,00PG
Carros de gasóleo: -----	a) = 595.000,00PG
Ambulâncias "Coaster": -----	a) = 2.425.000,00PG
Camionetas "Canter": -----	a) = 2.272.170,00PG
Camiónes de 20ts: -----	a) = 2.646.000,00PG
Transportes Urbanos de Bissau, "TUB": -----	b) = 364.000,00PG

Obs: a) = Trimestral / b) = Semestral

A Liga dos Clubes e a figura do modelo do próximo campeonato

A Liga dos clubes continua na discussão e aprovação das circulares remetidas as equipas.

De acordo com as circulares remetidas aos clubes para análise e parecer do modelo do campeonato a implementar para a época 95/96 tem como suporte as seguintes variantes:

1- considerar a época desportiva 95/96 como o "ano zero", dando a oportunidade a todos os clubes desde que reúnam as condições básicas exigidas para participarem no campeonato nacional e minimizar custos com deslocações das equipas.

Antes da reunião foi elaborada a lista de presença para se apurar a legitimidade ou não das possíveis decisões do fórum tendo estado presente os seguintes clubes verificados e das 24 equipas que inicialmente foram propostas para a época desportiva 95/96 e relativamente as respostas as circulares/questionários temos: Benfica, Mavegro, Ajuda, Gabú, Farim, e Balantas. Por carta dirigida ao presidente da Liga a União Desportiva Internacional de Bissau (UDIB) pediu que lhe fosse concedido mais 10 dias,

motivados a diversos factores alheios. Mas dada a necessidade urgente da tomada de decisão por força da calendarização, a apelação ficou simplesmente retida.

Das propostas alternativas apresentadas para o modelo de campeonato ficou aprovada que a realização do próximo campeonato nacional será em três séries assim distribuídas:

Série A- Mansabá, Farim, Cacheu, Canchungo, Bula, Mansoa, Bissorã, Ingoré, e Prabís.

Série B- Ajuda Sport, Benfica, Sporting, UDIB, Mavegro, E.Negra de Bissau, Jagudis, Bolama e Portos.

Série C- Tombali, Tite, Buba, Bafatá, Gabú e Contubuel.

Ficou decidida na plenária que, o máximo das equipas a inscrever em cada série, será de 12 e o mínimo de seis. Tendo como base o esclarecimento das equipas por séries, urge como é lógico o apuramento do campeão. Foram avançadas à mesa diversas propostas entre as quais: duas séries A, três séries B, uma série A, quatro série B, duas séries C ou três séries A, três séries B, e duas séries C.

Os argumentos apresentados a todas as propostas são válidos e que enquadraria dentro do conceito das distribuições das séries, mas atendendo que dentro do processo têm que se respeitar as opiniões

es de todos os intervenientes foi-se a votação donde prevaleceu a série C será todos contra todos a duas (2) voltas. Esta modalidade do campeonato terá a duração no mínimo de três (3) anos de acordo com o memorandum enviado pela Secretaria de Estado da Juventude, Cultura e Desporto concernente a participação a nível dos clubes e das selecções nacionais nas competições internacionais.

Como aliás se referiu esta modalidade de campeonato que terá no mínimo a duração de três anos onde todos os participantes estão salvaguardados as suas classificações nas respectivas séries ficando em aberto possíveis alterações que possam vir a ser tomadas em assembleias previamente convocada perante todos os condicionalismos abertos. O delegado representante de Bolama apresentou a seguinte proposta sobre a matéria:

Os 12 melhores classificados do último ano do modelo do campeonato ora adoptado ficariam na primeira divisão enquanto que os restantes seriam obrigados a descida para a segunda divisão.

Dada a insistência do delegado de Bolama que fosse tomada uma posição relativa a sua proposta, o presidente da Liga estendeu por bem esclarecer que os custos financeiros são as razões principais para adopção do tipo de campeonato aprovado e consequen-

temente imbuído desse mesmo pensamento aliada ao tempo necessário para reorganização de actuais estruturas desportivas nomeadamente dirigentes, árbitros e associações que obriga a caminhar lento, mas seguro, transpondo todas as barreiras de estrangulamento do Desporto Nacional. Mas informou que anualmente haveria assembleias para discussões das recomendações sugeridas nas últimas assembleias o que a priori dar-se-á garantias do cumprimento e ao mesmo tempo perspectivar o próximo ano futebolístico. Esses esclarecimentos foram compartilhados por alguns delegados presentes, com a promessa de que no seu devido tempo a sua proposta terá melhor análise e decisão.

Embora não constasse da ordem do dia, alguns delegados avançaram com propostas de nomes do possível futuro presidente da Federação Nacional de Futebol, e ficou de acordo que todos os clubes devem apresentar três nomes para eventuais formação do elenco federativo e as associações; ficou recomendado também uma reunião para o enquadramento do estatuto da FFCB ao novo contexto actual tendo em consideração o modelo do campeonato ora aprovado.

Agostinho Sanca

Bolama

Ghanhima vence o torneio "4º Aniversário da LGDH"

Sob o lema "Divulgação dos Direitos da Criança" a Liga Guineense Direitos do Homem celebrou em todo o país a passagem do seu 4º aniversário, tendo realizado várias actividades desportivas, recreativas e culturais com e para as crianças.

homem e, em particular das crianças.

GHANHIMA, 1 MISSÃO CATÓLICA, 0

O tento solitário de Chico aos 28 minutos valeu a conquista do troféu "4º Aniversário da LGDH" num embate de alto quilate, aliás a vitória tangencial justifica o equilíbrio entre os dois conjuntos finalistas.

A Missão Católica pode queixar-se de si mesma, aliás, estamos certos de que a Direcção deste club vai puxar as orelhas dos seus atletas e técnicos no capítulo disciplinar, com destaque para alguns jogadores, senão...! Até porque aquele comportamento (super negativo) não coaduna com uma equipa de futebol e nem tão pouco uma instituição religiosa.

Como vínhamos dizendo a turma orientada pelo técnico Joaquim Amaro venceu sem convencer o seu opositor, mas soube aproveitar o alto grau de nervosismo dos católicos, que na verdade são bons jogadores tal com ghanhimas. Arbitragem regular de Afonso Costa.

F. Saldanha

Foi assim que em Bolama algumas crianças ganharam prémios por serem vencedores de provas de atletismo, corridas de saco, concurso de canção, de poesia e futebol infantil. Enquanto que a formação de Ghanhima venceu, com muito custo, o torneio de futebol na categoria dos jovens.

A cerimónia de entrega dos prémios (dos vencedores e de participação) foi presidida pelo coordenador da LGDH a nível da região Bolama-Bijagós, João Vaz Mané, que na ocasião elucidou os objectivos da Liga, tendo apelado aos jovens, crianças e toda a população no sentido de unirem esforços na luta pelos direitos do

Mudança de nome

CRISPINA MENDES LOPES DO REIS, Conservadora do Registo Civil, da República da Guiné-Bissau, em Bissau.

Nos termos da alínea b) do nº 1, do Artigo 368º, do código do Registo Civil, faço saber que LEOPOLDINO DANIEL LOPES, solteiro, maior de vinte e nove anos de idade, natural de Jabada, sector de Tite, Região Quinará e residente em Bissau, filho de Daniel Lopes e de Victória Gomes, requereu a alteração de composição do seu nome fixado no assento de nascimento para PAULINO DANIEL LOPES.

São por isso convidados todos os interessados a deduzir a oposição que tiverem no prazo de trinta dias a contar da data última digito da última publicação desta anúncio no Jornal "NÓ PINTCHA".

Conservatório do Registo Civil de Bissau, aos 18 dias do mês de Agosto do ano de mil novecentos noventa e cinco.

Anúncio

Tribunal Judicial da Província Leste, sede em Bafatá

Pelo Cartório Judicial da Província Leste, sede em Bafatá, correm éditos de 20 (vinte) dias contados na segunda e última publicação deste anúncio citando os credores desconhecidos, para no prazo de 10 (dez) dias posteriores ao termo do prazo dos éditos reclamarem na ACÇÃO ORDINÁRIA DE EXECUÇÃO que o sr. CRISTINO FERNANDES MANDINGA, Casado, Industrial, residente em Bafatá move contra o réu SAMBA DJAU, Casado segundo usos e costumes, lavrador e trabalhador e residente em Bafatá, no Bairro 5

Bafatá, aos onze dias do mês de Agosto de 1995

Anúncio

Ministério da Justiça

Secção de Trabalho e Família do Tribunal Regional de Bissau

Pelo Juízo de Direito desta Secção de Trabalho e Família do Tribunal Regional de Bissau, na Acção de Investigação de Paternidade com Processo Ordinário pedente nessa Secção, movido pelo Autor IDRIÇA SAMBÚ, Portador do Bilhete de Identidade Nº. 86854, passado pelo Arquivo de

Identificação Civil da Guiné-Bissau em 27/02/1991, natural de Cacine, Região de Tombali, residente em Bissau contra o Réu JOSÉ AMARÁ QUETA, Casado natural de Cacine, residente em Bissau no Bairro de Ajuda 2ª Fase, são os incertos familiares deste citados para contestarem,

apresentando a sua defesa no prazo de VINTE DIAS, contada da data da segunda e última publicação deste anúncio, sob a cominação de serem condenados no pedido que o autor deduz naquele processo e que consiste em a presente acção ser julgada procedente, reconhecendo-se a paternidade

de JODÉ AMARÁ QUETA em relação o autor Idriça Sambú, para todos os efeitos legais.

Secção de Trabalho e Família do Tribunal Regional de Bissau, aos oito dias do mês de Agosto de mil novecentos noventa e cinco

CONCURSO

O Ministério do Desenvolvimento Rural e Agricultura (MDRA) lança um (Appel d'offres) concurso às empresas japonesas sediadas em Senegal e com representação em Bissau, para o fornecimento de Equipamentos Agrícolas, Adubos e Pesticidas, no quadro do Projecto para o aumento da produção alimentar, financiado pelo Governo Japonês (KR2/95).

O documento do concurso (Appel d'offres) pode ser obtido no Gabinete do Eng.º Carlos Semedo, Director do Projecto KR/2 a partir do dia 14 de Agosto de 1995, nas horas normais de expediente, sobre o contravalor de (1000 FF)

CERTIDÃO

Constituição de Sociedade (JIN GU GRUPO BISSAU, LDA,)

CERTIDÃO

CERTIFICO, para efeito de publicação, que por escritura de vinte e oito de Julho do ano de mil novecentos e noventa e cinco, lavrada neste Cartório e exarada de folhas setenta verso a setenta e seis, no livro de notas para escrituras diversas número cento e setenta e um, os senhores MICHAEL ZONG WU, casado, ABUBACAR BALDÉ, casado, CARINTON CÁ, solteiro, maior, e BUBACAR LY, casado, ambos residentes nesta cidade de Bissau; constituíram entre si, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes:

ARTIGO PRIMEIRO: A Sociedade adopta o tipo de Sociedade por quotas de responsabilidade limitada com a denominação JIN GU GRUPO BISSAU, LDA

ARTIGO SEGUNDO: Um: A Sociedade tem a sua sede em Bissau, que poderá transferir a qualquer parte dentro do território nacional por simples decisão da Gerência.

Dois: Mediante deliberação da gerência e administração da Sociedade, esta poderá abrir e/ou encerrar sucursais, filiais, agências, delegações ou outras formas de representação, em qualquer parte do território nacional ou no estrangeiro.

ARTIGO TERCEIRO: Um: A Sociedade tem por objecto o Comércio - Geral de importação, exportação, comércio inter-

no, armazenista, distribuidora, comércio por grosso e a retalho, indústria, agricultura, pesca, prestação de serviços, representações, transportes marítimos, terrestres e aéreos, turismo venda e comercialização de materiais de construção e demais variedades, Jogos de diversão e azar (Casinos), e quaisquer outra actividade comercial ou industrial lucrativa e não proibida por Lei.

Dois: Por simples deliberação da gerência e administração, poderá a sociedade adquirir e alienar participações em outras sociedades, seja qual for o seu objecto e natureza, podendo também associar-se por qualquer forma e com quaisquer pessoas jurídicas para nomeadamente, construir ou participar em agrupamentos complementares de empresas, consórcios, ou associar-se em participações gerindo a respectiva carteira de títulos.

ARTIGO QUARTO: O capital social é de 30.000.000,00 P.g. (Trinta milhões de pesos guineenses) e divide-se em quatro quotas, sendo uma vinte e um milhões de pesos guineenses pertencente ao sócio Michael Zong Wu e três quotas de três milhões de pesos guineenses cada, pertencendo uma a cada um dos sócios Abubacar Baldé, Carinton Cá e Bubacar Ly, respectivamente e acima identificados.

ARTIGO QUINTO: Poderão ser exigidas aos sócios prestações suplementares de capital

até ao montante igual ao décuplo do capital social ou esta apenas poderá ser aumentado nos termos e nas condições que acharem convenientes.

ARTIGO SEXTO: A cessão de quotas, total ou parcial, entre os sócios, ou entre estes a seus descendentes é livre, mas quando feita a terceiros, fica dependente do consentimento da sociedade que se reserva o direito de preferência, seguida pelos sócios e depois a terceiros.

ARTIGO SÉTIMO: UM: A gestão e administração e a sua representação em juízo ou fora dele, activa ou passivamente, será exercida por um ou mais gerentes, sócios ou não.

Dois: A Sociedade fica obrigada em todos os seus actos e contratos necessários ou convenientes à prossecução do objecto social com a intervenção e assinatura de dois gerentes e administradores, sendo sempre necessário e obrigatória a assinatura do sócio primeiro outorgante ou de seu procurador.

Três: Para o primeiro mandato que é de um ano é desde já nomeados gerentes e administradores os actuais sócios outorgantes nesta escritura.

Quatro: A gerência e administração da sociedade poderá constituir mandatários ou procuradores da sociedade, com poderes gerais ou limitados.

ARTIGO OITAVO: Fica expressamente vedado aos gerentes e sócios, sem a autorização da assembleia-geral, obri-

gar a sociedade em cauções, avales, letras de favor, fianças ou quaisquer outros actos estranhos à sociedade, devendo tais actos, se forem praticados sem a necessária autorização, ser considerados da responsabilidade pessoal do gerente ou sócio que neles tenha intervenido.

ARTIGO NONO: Um: A sociedade amortizar a quota de qualquer sócio os seguintes casos:

a) - Por acordo ou consentimento do respectivo titular;

b) - Quando penhorada ou arrestada uma quota, se tenha já verificado a tramitação processual que permite a sua arrematação, venda ou adjudicação judicial;

c) - Por interdição ou inabilitação de qualquer sócio;

d) - Por insolvência ou falência judicialmente decretada do titular da quota;

e) - Por falecimento de sócio que não tenha deixado herdeiros legitimários para quem se transmita a quota;

f) - Quando por falecimento de algum sócio, os seus herdeiros legitimários não comunicarem a sociedade num prazo de noventa dias contados do óbito, por carta registada com aviso de recepção, quem os representa perante esta enquanto a quota estiver indevida.

g) - Por doação de quota a quem não seja herdeiro legitimário do doador;

h) - Por cessão ou divisão de quotas sem o consentimento social, nos casos em que a lei exige.

i) - Por exclusão de um sócio nos casos previstos na lei;

Dois: A contrapartida da amortização será, para os casos das alíneas h) e h) o que para tal resultar do último balanço aprovado, e para o caso da alínea i), tão somente o valor nominal da quota.

Três: O pagamento da contrapartida da amortização poderá ser fraccionada em seis prestações semestrais de valor igual, acrescida dos juros legais.

ARTIGO DÉCIMO: As assembleias-gerais serão convocadas por carta registada com aviso de recepção dirigidas aos sócios num prazo de trinta dias antes da data marcada ou esta será substituída pela assinatura dos sócios na referida convocatória.

ARTIGO ONZE: Os lucros líquidos apurados em cada exercício depois de deduzidas a percentagem líquida destinada a constituição dos fundos de reservas legais e demais fundos, serão distribuídos pelos sócios na proporção das suas quotas.

ARTIGO DOZE: A Sociedade não se dissolve por morte interdição, ou inabilitação de qualquer sócio, continuando com o representante legal do interdito ou inabilitado e os herdeiros do falecido que nomearão um de entre si que a todos represente na sociedade.

ARTIGO TREZE: A Sociedade durará por tempo indeterminado e o seu início será a

partir desta data, considerando sempre que o ano social coincide com o ano civil e os mandatos serão anuais e renováveis.

ARTIGO CATORZE: Os litígios emergentes destes Estatutos ou entre os sócios, serão resolvidos de forma concensual e depois pela via judicial e o tribunal competente será o Tribunal Regional de Bissau.

ARTIGO QUINZE: Os casos omissos serão regulados Lei, pelas normas gerais de direitos e pelas deliberações dos sócios tomada em devida forma em assembleia-geral.

ARTIGO DEZASSEIS: Nos termos previstos no Código das Sociedades Comerciais, fica desde já autorizada a gerência ou os mandatários da sociedade a efectuar levantamento da conta de depósito em nome da sociedade até ao montante total de capital, a fim de fazer face às despesas relativas a estes equipamentos e início da sua actividade.

Está Conforme

Ressalvo as emendas no que diz "armazenista", "seguida", a quem não", seja", e coincide".

Cartório Notarial em Bissau, 1 de Agosto de 1995.

A AJUDANTE

CERTIDÃO

Constituição de Sociedade

(ASSOCIAÇÃO DOS CAMPONESES DE TABANCA MARIAMA "ASCAMA")

CERTIDÃO

CERTIFICO, para efeitos de publicação, que por escritura de cinco de Junho do ano de mil novecentos e noventa e cinco, lavrada neste Cartório e exarada de folhas trinta e seis a quarenta e um verso, no livro de notas para escrituras diversas número cento e setenta, os senhores JAIME AUGUSTO SENE SAMBÚ, solteiro, maior, residente em Bissau, BACAR INDJAI, solteiro, maior, residente em Empada, QUEBA, INJAI, solteiro, maior, residente em Empada, QUÍNARA, TCHAMBU, SAMBÚ, solteiro, maior, residente em Bissau, GIBRIL CASSAMÁ, solteiro, maior residente em Bissau, AMINATA CASSAMÁ, solteira, maior, residente em Empada, QUÍNARA, AMADÚ CAMARÁ, solteiro, maior, residente em Bissau, MUSSA CASSAMÁ, solteiro, maior, residente em Bissau, ARMINDO DA SILVA SAMBÚ, solteiro, maior, residente em Mansoa e MALAMINE SAMBÚ, solteiro, maior, residente em Bissau; constituíram, entre si, uma Associação civil nos termos constantes dos arti-

gos seguintes:

ARTIGO PRIMEIRO: É constituído uma Associação que se regerá pelas normas nele constantes e demais legislações sobre as associações do género, pessoa colectiva dotada de personalidade jurídica, com autonomia administrativa, financeira, patrimonial e sem fins lucrativos.

ARTIGO SEGUNDO: UM: A Associação adopta a denominação de ASSOCIAÇÃO DOS CAMPONESES DE TABANCA MARIAMA, abreviadamente designada por "ASCAMA".

Dois: A sede associativa localiza-se na tabanca "Mariama", Sector de Empada e Região de Quínara, podendo ser transferida a qualquer parte dentro do território nacional e a sua duração é por tempo indeterminado a partir desta data.

ARTIGO TERCEIRO: Esta Associação tem por objectivo, desenvolver as actividades ligadas a fruticultura e horticultura a fim de melhorar a dieta alimentar e

garantir a auto-suficiência alimentar, pesca artesanal, tratamento e conservação do pescado, extracção do óleo de palma e seus derivados para fabrico de sabão de natureza local e a preservação do património e vida cultural da localidade através da realização de estudos, pesquisas e conferências para seu melhor encaminhamento ao desenvolvimento socio-económico e cultural.

ARTIGO QUARTO: A ASCAMA, constitui-se pela adesão da população da tabanca Mariama e das aldeias vizinhas e ainda de todas as pessoas que queiram dar o seu contributo para a efectiva realização do seu objecto, tanto nacionais como estrangeiros aí ou não residentes.

ARTIGO QUINTO: A ASCAMA, tem como fundo inicial para além do esforço e mão-de-obra individual e colectiva dos seus associados, um milhão de pesos guineenses, que poderão ser aumentados mediante a deliberação social e ainda tem como receitas as provenientes das jóias e

quotas dos membros, ofertas, donativos, financiamento e outros.

ARTIGO SEXTO: A ASCAMA, terá como órgãos sociais; a Assembleia-Geral, a Direcção Executiva e um Comité de Gestão ou Fiscal.

ARTIGO SÉTIMO: Um: À Assembleia-Geral compete deliberar e coordenar sobre o funcionamento da Associação e decidir sobre diferentes planos de actividades e programas de forma a permitir o seu adequado andamento.

Dois: A mesa de Assembleia Geral é constituída por um presidente, um vice-presidente e um secretário, eleitos por um mandato de dois anos reelegíveis entre os seus membros.

Três: As deliberações serão tomadas por maioria simples dos votos emitidos.

Quatro: A Assembleia-Geral será convocada por anúncio público ou por qualquer forma num prazo nunca inferior a trinta dias.

ARTIGO OITAVO: Um: A Direcção Executiva é constituída

por um presidente, um vice-presidente, um responsável Administrativo e um responsável de Assuntos Sociais, eleitos por um mandato de dois anos renováveis, tendo o presidente voto de qualidade.

Dois: A associação obriga-se pela intervenção e assinatura do seu presidente e de mais um dos seus membros da Direcção Executiva.

Três: A Direcção Executiva na qualidade de órgão executivo compete-lhe gerir e administrar a associação, elaborar planos de actividade, apresentar orçamentos balanços e relatórios e responder perante a Assembleia-Geral pelas suas actividades de gestão.

Quatro: Compete ainda a Direcção Executiva de garantir e assegurar a formação e saúde dos seus membros através de criação de uma escola e posto sanitário, assim como diversos locais de diversão.

ARTIGO NONO: Um: O comité de gestão ou fiscal, constitui-se por um representante da Assembleia Geral, um da Direcção Executiva e dois quadros técnicos profissionais da área, que constituirão uma

equipe permanente, nomeados para fiscalizar as actividades da associação e nomeados por um mandato de dois anos renováveis.

Dois: Ao comité de gestão ou fiscal, compete ainda a tarefa de proceder ao estudo e viabilidade dos projectos das actividades da associação e sua respectiva fiscalização.

Três: O comité de gestão ou fiscal exige e fiscaliza regularmente as contas e o balanço trimestral das actividades da Direcção Executiva e acompanha de perto o desenrolar das actividades da Associação.

ARTIGO DÉCIMO: Em tudo o omissão, será regulada pela legislação sobre as associações, pelas normas gerais de direito e pelas deliberações dos associados tomada em devida forma em Assembleia-Geral.

Está Conforme

Cartório Notarial em Bissau 9 de Junho de 1995

Ressalvo as emendas no que diz: " financiamentos." legislação.

A AJUDANTE

A conferência intergovernamental europeia de 1996 deverá ter resultados modestos. Tudo aponta para que a questão do alargamento da UE venha a ser adiada para outra oportunidade.

Os quinze países membros da União Europeia não querem na próxima conferência intergovernamental de 1996 avançar como o novo e ambicioso pacto de refundação da Europa, que deverá "construir" as instituições europeias do ano 2000, tendo em conta o alargamento a uma dezena de países do Leste, a Chipre e a Malta.

"A conferência de 96 (CIG) terá objectivo mais modestos. Destina-se apenas a fazer a revisão do Tratado de Maastricht, deixando para mais tarde o alargamento aos países do Leste e sobretudo as novas perspectivas de financiamento da UE no ano 2000" disse, citado pela France-Presse, um diplomata europeu, na sequência das reuniões do grupo de trabalho que está preparar a conferência.

O grupo, composto por representantes dos quinze países membros da União, da Comissão Europeia e do Parlamento Europeu, deverá apresentar as suas conclusões na cimeira europeia de Madrid, em meados de Dezembro. A conferência intergovernamental deverá começar os trabalhos na Primavera de 1996 e terminar o processo um ano ou dezoito meses depois.

Parlamento, a cimeira de Dublin deverá decidir em Dezembro de 1997 a eventual passagem à moeda única europeia dos países da União que satisfaçam os critérios de convergência bastante apertados previstos no Tratado de Maastricht, o mais importante dos quais é a redução duradoura do défice público a três por cento do respectivo Produto Interno Bruto (PIB).



▶ JOHN MAJOR e o calendário eleitoral britânico estão a perturbar a preparação da CIG

Conferência intergovernamental adia reformas de fundo na UE

Revisão mínima

Os Quinze, numa primeira fase, vão limitar as suas ambições de reforma das instituições actuais, deixando de lado as questões mais polémicas como as contribuições financeiras dos países membros a partir do ano 2000, a estratégia e o calendário de alargamento aos países da Europa do Leste e a reforma eventual das políticas comuns, da qual a mais importante, a política agrícola, representa 50 por cento das despesas da União.

O principal problema a discutir durante a conferência de 96 será a manutenção ou não do direito de veto sobre as grandes questões europeias, em particular na política externa e de segurança comum. Todos estão de acordo em manter a unanimidade para um número limitado de questões: as novas ad-

sões, os recursos orçamentais próprios e a fiscalidade. Em contrapartida, as opiniões divergem fortemente quanto à política estrangeira e de segurança comum, prevista para o Tratado de Maastricht e que até agora foi um fracasso. Paris e Londres estimam que as decisões sobre as grandes questões de sensibilidade popular, como a política externa, a defesa ou a segurança interna, devem ser tomadas por unanimidade, enquanto a Alemanha, apoiada pelos países do Benelux (Bélgica, Holanda e Luxemburgo), deseja a extensão do voto tomando como referência a impotência europeia no conflito actual na Bósnia. Por outro lado, os Quinze parecem estar dispostos a comunitarizar o essencial das matérias que dizem respeito aos assuntos

internos respondendo assim ao desejo dos alemães, que querem intensificar a luta europeia contra a criminalidade e a imigração clandestina.

O MISTÉRIO DE LONDRES

Grande incógnita permanece a atitude do Governo conservador britânico de John Major. É que o seu representante, David Davis, mostrou-se pouco cooperante durante as primeiras sessões de trabalho do grupo de reflexão. Os conservadores britânicos, estima-se nos meios europeus, não querem tomar qualquer compromisso pró-europeu antes das próximas eleições legislativas de 1997, o que poderá pesar bastante nos trabalhos da conferência intergovernamental.

Nas cerimónias do 50º aniversário da explosão da bomba de Hiroxima França no banco dos réus

A França e a China foram colocadas no passado dia 6 do corrente, no banco dos réus devido aos seus ensaios nucleares, na cerimónia que assinalou, em Hiroxima, o 50º aniversário da explosão da bomba atómica.

Presidente Jacques Chirac do reinício de uma série de oito ensaios no Pacífico Sul, antes da adesão da França ao próximo tratado que os proíbe, são encarados em Hiroxima como um desafio sem qualquer sentido.

A reprovação manteve-se no entanto moderada e este aniversário, marcado por particular emoção, não foi ocasião de novos apelos ao boicote de produtos franceses.

Mesmo as duas organizações pacifistas que se reuniram em Hiroxima, a Conferência contra as Bombas Atómicas e de Hidrogénio, de obediência socialista, e o Comité contra as Bombas Atómicas e de Hidrogénio, de obediência comunista, apelaram na sua resolução final para a proibição imediata dos ensaios nucleares, mas não ameaçaram a França nem a China com medidas de represália caso as suas políticas prossigam.

O Primeiro-Ministro Murayama, de 72 anos, sempre foi um militante pacifista na liderança do Partido Socialista, mas a sua intervenção de 6 de Agosto, perante os 60 mil participantes na cerimónia, foi moderada, para satisfazer a tradicional prudência da diplomacia japonesa pós-guerra.

"Os recentes ensaios feitos pela China e a decisão da França de retomar os ensaios nucleares são extremamente lamentáveis", disse. "Pedimos-lhes firmemente que cessem esses ensaios e que revissem a decisão de prosseguir com eles. Continuaremos a agir, no futuro, nesse sentido", acrescentou Tomiichi Murayama.

"A bomba introduziu uma nova era de terror, a idade atómica", declarou o representante especial do secretário-geral das Nações Unidas, embaixador Verner Reed.

O Primeiro-Ministro Tomiichi Murayama apelou para Paris e Pequim a fim de que renunciem aos seus ensaios, enquanto o presidente da Câmara Municipal de Hiroxima pedia uma proibição imediata de todos os testes atómicos e o estabelecimento de uma zona desnuclearizada na Ásia-Pacífico.

Segundo a municipalidade, 60 mil pessoas concentraram-se diante do cenotáfio construído no meio do parque da Paz no local em que, a 6 de Agosto de 1945, às 8 e 15 horas locais, explodiu a primeira bomba atómica jamais utilizada num conflito.

Para a maioria dos participantes, as armas nucleares devem ser banidas caso se pretenda assegurar a paz.

Também o recente ensaio nuclear chinês e o anúncio pelo

A República da China continua a sua luta pelos seus direitos inalienáveis de participar ao lado das outras nações independentes na luta pela edificação de uma sociedade mais justa. É assim que, por ocasião das celebrações do 50º aniversário da Assinatura da Carta das Nações Unidas, emitiram uma mensagem na qual defendem posições face a sua exclusão desta organização mundial.

Na mensagem do Presidente da República da China, Dr. Lee

Na sua luta para os seus inalienáveis Direitos Governantes da República da China emitem Mensagens

Teng-hui, e a carta do ministro dos Negócios Estrangeiros, Fredrick Chien, e que fora distribuída ao secretariado das Nações Unidas como um documento oficial, os governantes da República da China apelam a comunidade internacional para que apoiem a causa deste país para que possa participar ao lado das outras nações na ONU.

Nos referidos documentos defendem que não é só a participação nas Nações Unidas é

que defendem, mas também o direito humano básico dos 21 milhões de habitantes da área de Taiwan e cujo direito fundamental não deve ser ignorada antes da unificação da China.

Nas mensagens, os governantes chineses consideram que a participação do seu país nas organizações internacionais dos dois lados do estreito de Taiwan ajudariam a diminuir a tensão em ambas as partes, e criar confiança mútua e facilitaria o desenvolvimento das rela-

ções em ambas as partes, facilitando deste modo a unificação do país em paz.

Para esta acção um grupo dos países amigos da República da China aconselharam o ministro dos Negócios Estrangeiros deste país para que aproveite a oportunidade destas comemorações para dirigir uma carta a todos os seus colegas dos países membros da Organização das Nações Unidas, na qual seria expresso a posição da participação do seu país nesta

organização e para que deem o seu apoio para que esta questão seja posta na agenda de discussão da 49ª Sessão da Assembleia geral.

Nos dois documentos os governantes chineses consideram que a participação do seu país nas Nações Unidas é um desejo comum de todos os habitantes da China, e neste momento que esta organização supra mundial comemora os seus 50 anos de existência, a República da China como mem-

bro fundador da mesma em 26/06/1945 cuja carta foi assinada pelo embaixador daquele país Wellington Woo e presidente da delegação do mesmo na ONU, sendo ele o seu primeiro representante. Pelo que a exclusão da República da China é considerada no documento de injusto.

Salienta-se, conforme o documento, que o Governo da República da China reitera a sua posição de que a sua participação não é para concorrer ao assento da República Popular da China nas Nações Unidas mas sim continuar a sua procura para reunificação da China.

Com esta posição, o Governo da República da China espera que o da parte continental acabe com actitudes de hostilidade nas Nações Unidas.



► MIGUEL TROVOADA voltou a assumir a presidência em S. Tomé

São Tomé e Príncipe

Reposta a legalidade

O Presidente de São Tomé e Príncipe, Miguel Trovoada, que dirigiu uma mensagem, terça-feira - 22 do corrente, considerando que o golpe de Estado do passado dia 15 foi "uma acção única e exclusivamente" dirigida contra a sua pessoa.

"Este golpe de Estado foi indubitavelmente dirigida contra o Presidente da República", afirmou o estadista, que disse não encontrar justificação para tal, uma vez que pelo carácter das suas funções ins-

titucionais não lhe podem ser atribuídas as responsabilidades pela situação económica e social do país.

"Este golpe teve e terá consequências incalculáveis para o nosso pobre país, a curto, médio e longo prazos", afirmou Miguel Trovoada na sua primeira aparição em público após o início do golpe

de Estado realizado dia 15 do corrente por militares revoltosos.

Trovoada considerou, na sua mensagem ao país, que a restituição do poder aos órgãos institucionais representou uma "vitória da democracia" e disse esperar que esta tenha sido a última vez que a solução de problemas políticos em São Tomé e Príncipe seja tentada por meios violentos.

"Que a promulgação da Lei da Amnistia, com que se encerrou o parêntese desta semana trágica, ponha um ponto final definitivo na tentativa de solução dos problemas políticos do país pela via das armas" disse o estadista.

No fecho

Conselho de Ministros

Sob a presidência de Sua Excelência o Primeiro-Ministro, coronel Manuel Saturnino da Costa, reuniu-se, dia 22 do corrente, em Bissau, em sessão extraordinária, o Conselho de Ministros.

O plenário governamental, a partir da sua "agenda de trabalhos", tomou as seguintes deliberações:

a) Adiar para a reunião do Conselho de Ministros marcada para o dia 20 do próximo mês de Setembro, a discussão do projecto de Lei Orgânica do Governo, reduzindo-se, entretanto, para 15 dias, o prazo aí fixado para os diferentes departamentos governamentais apresentarem o projecto da respectiva Lei Orgânica, acompanhado do quadro do pessoal;

b) Protelar a discussão do projecto de Decreto fixando o regime de assistência médica e medicamentosa aos trabalhadores da Função Pública. Foi entretanto criado uma comissão integrando os Ministérios das Finanças, da Saúde Pública e dos Assuntos Sociais e Promoção feminina, sob a coordenação do Ministério da Administração Pública e Trabalho, para profundar a análise do aludido projecto de diploma, isso considerando haver aspectos e ponderar e o seu expressivo impacto orçamental e tratamento da evacuação e tratamento no exterior de trabalhadores da Função Pública e familiares;

c) Aprovar, com pequenas alterações, o projecto de Decreto sobre o regime de bagagem;

d) Aprovar, com alterações, o projecto de Decreto que crie o subsídio de isolamento, com entrada em vigor só a partir de Janeiro de 1996 e após a regulamentação de algumas das suas disposições. Trata-se de um diploma com implicações financeiras e peso considerável para o orçamento, pelo que a sua execução não poderá ter lugar no ano em curso, porquanto não forem previstos no Orçamento vigente os respectivos encargos e não haver receitas para lhes fazer face;

e) Aprovar, com alterações, o projecto de Decreto determinando a confiscação de mercadorias que circulam ilegalmente pelas nossas fronteiras. Com o presente Decreto pretende-se combater a saída e entrada ilícitas de mercadorias pelas nossas fronteiras, destacando-se a saída fraudulenta do arroz, com grave lesão para a nossa economia.

Pescas: Japão desbloqueia 4,5 milhões de dólares para compra de materiais

O Governo japonês desbloqueou uma verba de 4000.423.000 Yens, cerca de 4,5 milhões de dólares, destinados a compra de materiais e equipamentos para segunda fase do Projecto de Desenvolvimento da Pesca Artesal da Guiné-Bissau, cuja chegada está prevista, o mais tardado, até Fevereiro de 96.

Este donativo é o resultado da recente visita do ministro guineense das Pescas ao Japão, no quadro da abertura das propostas do concurso de fornecimento de materiais e equipamentos acima

referidos, fundo não reembolsável, em que a empresa nipónica Nichimen Corporation saiu vencedora.

Artur Silva, durante a sua estada no Japão, efectuou uma visita de cortesia ao presidente da Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA), com quem discutiu assuntos relacionados com a cooperação técnica

entre o Ministério das Pescas da Guiné-Bissau e aquela instituição.

FISCALIZAÇÃO AÉREA ARRANCA EM SETEMBRO

O Governo de Luxemburgo, concedeu cerca de 4 milhões de dólares ao Projecto de Fiscalização Aérea conjunta subregional, revelou-nos o director-geral da

PESCARTE, Domingos Barros, no seu gabinete de trabalho.

Segundo o director, esta iniciativa surgiu após a reunião da comissão conjunta realizada no passado dia 10 de Agosto, em Bissau, na base da Cooperação que os Estados membros têm com o Governo do Luxemburgo, nomeadamente a Guiné Bissau, Cabo Verde, Gâmbia, Senegal, Guiné

Conakry e Mauritânia.

Domingos Barros sublinhou no entanto que há uma coordenação de actividades pesqueiras e política no domínio de pescas entre os Estados membros que tende como objectivo organizar a legislação das actividades da pesca.

Entretanto disse ainda que o referido Projecto deverá arrancar no próximo mês de Setembro, adiantando que os preparativos para o início foi um dos principais objectivos que fez reunir a Comissão conjunta para analisar os últimos detalhes que deviam possibilitar o arranque do Projecto.

Bissau revolta contra "visitantes indesejáveis" Abatido terceiro ladrão num mês



► CADÁVER do ladrão abatido na madrugada do dia 23 de Agosto

Um terceiro ladrão, de nacionalidade da Guiné-Conakry (Nânia), há menos de um mês, foi abatido, à tiro, em Bissau. Tudo aconteceu na madrugada do dia 23 de Agosto, na segunda fase do Bairro d'ajuda. O proprietário da vivenda, Damino Quianque, explicou o desenrolar dos acontecimentos que desaguaram na morte subita de mais um gatuno. "Eram duas horas da madrugada quando senti o cão a ladrar, saí mas não vi ninguém nessa altura. Voltei a dormir. A alerta do meu cão fez-me interromper o sono às quatro da manhã. De novo pus de pé e deparei-me com quatro pessoas, entre eles, três com pistolas dentro do meu quintal. Voltei para dentro e quando saí de novo os quatro fugiram deixando o portão, de entrada, total-

mente escancarada. A partir daí a alerta foi máxima. "Depoimentos de Damino Quianque que às cinco horas da madrugada ouviu um barulho estranho junto do seu carro, abriu calmamente a janela, viu um homem a "mexer" na viatura e não perdeu a oportunidade...

No ano passado, lembra Damino Quianque, fui vítima de um roubo. Na altura levaram-me um televisor, um video, oitenta mil francos franceses, jóias da minha mulher e uma caçadeira. De então para cá, a polícia só recuperou o video e a arma. Os ladrões, de acordo com as informações que me facultaram, fugiram da prisão. Esta história de furto aconteceu no dia 7 de Agosto do ano passado numa noite em que eu tinha ido à uma festa, junto dos meus colegas, ficando em casa só a minha mulher", concluiu Damino Quianque.

Abduramane Djaló

Faculdade de Medicina em indefinição!? 70 estudantes ficaram sem aulas

Criada em 1986, a Faculdade de Medicina de Bissau revelou-se produto de boas e tradicionais relações de amizade e cooperação existentes entre a Guiné-Bissau e Cuba.

O desejo manifestado na ocasião pelo estadista guineense, Nino Vieira, e o seu homólogo, Fidel Castro, duas proeminentes figuras políticas do mundo, ganhou expressão com a promoção dos médicos guineenses formados no país.

A institucionalização da Faculdade com o suporte técnico-científico do Governo cubano no sector da saúde, abrindo perspectivas para os jovens estudantes, na certeza porém de responder os desígnios do desenvolvimento.

Decorridos nove anos de experiência acumulada na matéria de formação superior da nova geração de profissionais para a saúde pública as expectativas criadas estão ameaçadas, para não dizer desfraldadas (este ano). A Faculdade de Medicina "Raúl Arguilles", contando com cerca de 64 formados conduziu este ano lectivo 70 alunos à desgraça, se questionar sobre o destino destes estudantes. O pior de tudo nove dos

quais são finalistas.

A situação passa-se despercebida no meio da opinião pública, tendo gerado no círculo estudantil uma certa controvérsia. Longe de dramatizar a situação, os estudantes questionam, "se de facto existe vontade política de adequar o sonho de Nino e de Fidel a continuidade"?

Pois, como afirmam "o tempo não perdoa a ninguém e receamos que a história se repete". Todavia e colocados perante os factos o Governo e a parte cubana não podem abdicar-se do desafio, na medida em que parecem encontrar a fórmula comum para ultrapassar esta situação tão delicada para não ensombrar o futuro desta geração.

Segundo apurou o NP junto a representação diplomática cubana no país, o Governo deste país da América Latina agiu em estreita observância ao compromisso assumido na última sessão da Comissão Mista realizada em 1993.

Os dois países haviam traçado um plano de acção complementar e redefinido alguns aspectos técnicos relacionados com o funcionamento da Faculdade no que concerne a vinculação daquele estabelecimento do ensino superior ao Hospital Nacional "Simão Mendes", priorizar aspectos práticos na formação, com vista a permitir uma formação cuidadosa e detalhada, entre outros, e o envio de uma missão a Cuba para troca de experiência e de 6 médicos nacio-

nais para formação em ciência básica de saúde, reduzindo assim a dependência do país.

O embaixador de Cuba na Guiné-Bissau refutou as declarações veiculadas nos órgãos de Comunicação nacional, nas quais o decano da Faculdade relaciona a vinda dos professores cubanos com as modalidades de contrato, tendo reafirmado que "o problema não tem a ver com os bilhetes e, muito menos com as modalidades de contrato porque Cuba tem honrado, como sempre, os seus compromissos".

Jacinto Pablos Muñoz assegurou que "é uma questão técnica assumida previamente pelas duas partes e, com efeito, requer uma análise cuidadosa," disse, adiantando que Cuba predis põe-se prosseguir a cooperação neste domínio para todos os efeitos.

Entretanto, ao que tudo indica, uma delegação guineense de saúde deslocou-se a Cuba e, com certeza na bagagem está "o dossier Faculdade de Medicina". Esta missão irá ditar a sorte destes jovens que imbuidos do espírito de sacrifício quiseram assumir o compromisso de contribuir com os seus esforços na materialização dos ideais que nortearam a sua criação, visando o desenvolvimento do sector da saúde na Guiné Bissau e a consolidação das relações entre os dois países, Governos e povos.

Cláudio Maurício